



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 6.954-A, DE 2002**
(Do Senado Federal)

PLS nº 520/1999

Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e dos de nºs 3914/97, 3947/97, 4000/97, 4021/97, 4275/98, 4404/98, 6429/02, 6910/02, 3594/04, 3283/97 e 7165/02, apensados (relator: DEP. REGIS DE OLIVEIRA).

DESPACHO:

DESPACHO À CCJR.

APENSEM-SE A ESTE OS PL 3994/00 E 3283/97 E SEUS APENSADOS.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(*) Avulso atualizado em 10/5/22 para inclusão de apensados (19).

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 3283/97, 3914/97, 3947/97, 4000/97, 4021/97, 4275/98, 4404/98, 6429/02, 6910/02, 7165/02 e 3594/04

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

IV - Novas apensações: 5132/09, 7804/10, 361/11, 1280/15, 2772/15, 6220/16, 3547/21 e 1088/22

Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), assim considerada:

I – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, de valor não-excedente do estabelecido no *caput* deste artigo;

II – as ações de despejo para uso próprio, cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais);

III – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não-excedente ao fixado no *caput* deste artigo.

§ 1º

I -

II – dos títulos executivos extrajudiciais no valor de até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º

§ 3º O ajuizamento da ação segundo o procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente do limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.” (NR)

Art. 2º O valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a que se refere o *caput* do art. 3º da Lei nº 9.099, de 1995, será atualizado anualmente pelo índice de inflação oficial do período.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de junho de 2002

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

faa/pls99520

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**
.....

**Seção VIII
Do Processo Legislativo**
.....

**Subseção III
Das Leis**
.....

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.
.....
.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

**DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
.....

**CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

**Seção I
Da Competência**

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
 II - as enumeradas no Art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
 III - a ação de despejo para uso próprio;
 IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;
 II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do Art. 8 desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO
 CIVIL.

.....

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

.....

TÍTULO VII DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

.....

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

** Capítulo nominado pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

** Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995*

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo

vigente no País;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.*

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

- a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;
- c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo,

ressalvados os casos de processo de execução;

f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

g) nos demais casos previstos em lei.

** Inciso II com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995*

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

** Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995*

Art. 276. Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995*

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 3.283, DE 1997

(Do Sr. PAULO LUSTOSA)

Altera dispositivos do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, ampliando a sua alçada.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-6954/2002. APENSEM-SE AO PL 6954/02 ESTE E SEUS APENSADOS. (NOVO DESPACHO).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997
(DO SR. PAULO LUSTOSA)



Altera dispositivos do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, ampliando a sua alçada.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se, ao inciso I do *caput* do art. 3º, bem como ao inciso II do § 1º do mesmo artigo, a seguinte redação:

" Art. 3º

I- as causas cujo valor não exceda a 200 (duzentas) vezes o salário mínimo;

.....
§ 1º

I-

II- dos títulos executivos judiciais, no valor de até 200 (duzentas) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

....."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



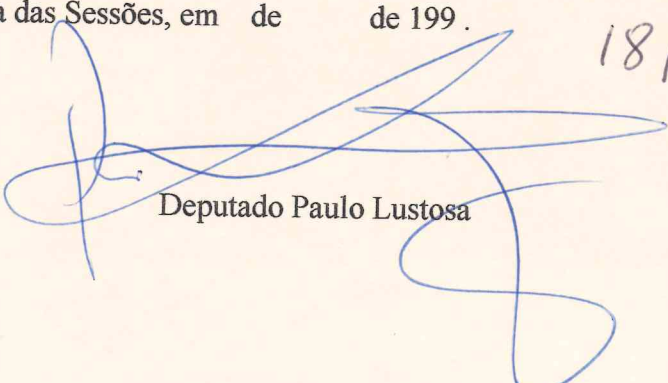
Como bem sabemos, os Juizados Especiais constituem a grande novidade jurídica em nosso país. Assim afirmamos na medida em que há muito não tínhamos uma medida que obrigasse o direito a aproximar-se da realidade gritante da nossa população. Até então, em geral, o aparelho judiciário (incumbido de fazer valer a aplicação do direito na composição das lides), assemelhava-se mais a uma "torre de marfim", etereamente alheado dos problemas dos cidadãos, que tinham a certeza de que a procura do Juízo, não raro, traduzia-se em burocracia, falta de consideração, demora, enfim, frustração...

Desta forma, os Juizados Especiais são um avanço em relação ao Juizado de Pequenas Causas (cuja efetividade era duvidosa), mas a sua alçada pode e deve ser ampliada: tal como hoje dispõe a Lei nº 9.099/95, o valor de quarenta salários mínimos é muito tímido, adequado talvez para a fase inicial de sua implementação (experimentação). Contudo já sabemos da sua eficiência e funcionalidade.

Em razão disso, propomos o presente projeto, ampliando para duzentos salários o limite possível para ingresso nos Juizados Especiais, com o que esperamos contar com o apoio dos eminentes pares.

Sala das Sessões, em de de 199 .

18/06/97


Deputado Paulo Lustosa

LEI 9.099 DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II

Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I

Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

.....

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do Art. 8º desta Lei.

.....

SEÇÃO III

Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 3.914, DE 1997

(Do Sr. Wagner Rossi)

Modifica a redação dos arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94, da Lei nº 9.099, de 28 de setembro de 1995, que instituiu os "Juizados Cíveis e Criminais".

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 3283/1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.914, DE 1997
(DO SR. WAGNER ROSSI)

Modifica a redação dos arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 1995, que instituiu os "Juizados Especiais Cíveis e Criminais".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997)

Art. 1º. Os arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 28.09.1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passam a vigorar com a seguinte redação:

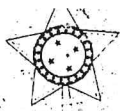
"Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória, para o processo, a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I -

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, até sessenta vezes o salário mínimo.

III - a ação de despejo para uso próprio de valor não excedente ao fixado no item II deste artigo, que poderá ser cumulada com a de cobrança do respectivo aluguel.

"Art. 8º. 11 2



§ 1º. Somente as pessoas físicas capazes e os Condomínios serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

"Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, salvo a denunciação da lide à seguradora, nos casos de indenização por acidente de trânsito. Admitir-se-á o litisconsórcio.

"Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas, mas os honorários de advogados serão limitados a dez por cento sobre o valor da causa, sem prejuízo dos casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e os honorários poderão ser elevados até quinze por cento sobre o valor de condenação, ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

"Art. 94. Os Juízes das Comarcas integram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e os serviços cartorários poderão ser prestados, e as audiências realizadas na própria Vara ou fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios



CÂMARA DOS DEPUTADOS



3

públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

Art. 2º. Não se aplicam as disposições desta lei, salvo o "caput" do art. 3º, às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Mercê de extraordinário trabalho do Congresso Nacional foi aprovada a lei nº 9099 de 1995, que instituiu os "**Juizados Especiais Cíveis e Criminais**", e transformou em realidade velho anseio da sociedade brasileira de um maior acesso à Justiça, principalmente aos mais carentes, e dando agilidade necessária ao processamento das "pequenas causas" e das "causas de menos complexidade".

Como toda lei que se constitui em avanço significativo na área, merece ela ao lado dos encômios generalizados, a natural atualização e correção de pontos os quais sua aplicação prática revela imperfeitos ou passíveis de aperfeiçoamento.

Esse o escopo de nossa proposta que fixa a "competência funcional obrigatória", que estende os seus benefícios para além da facultatividade de que se revestia sua versão original.

A questão entre a proposta "opcional" e a visão obrigatória que sustentamos neste projeto, isto é, a preferência pela compulsoriedade sobre a facultatividade, é defendida entre outros por Theotônio Negrão e João Batista Lopes, e, em São Paulo, por Antônio de Pádua Ferraz Nogueira, Juiz do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, e constitui-se no entendimento majoritário de diversos Tribunais de Justiça em Estados da Federação Brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



4

O projeto, fixando a "competência funcional obrigatória" e aperfeiçoando outros dispositivos da Lei nº 9.099/95, permitirá efetivo acesso à Justiça e real agilização das causas de que trata, ampliando sua eficácia e permitirá aos Tribunais uma melhor e mais eficiente organização dos "Juizados Especiais Cíveis" que viabilizará. Levará, enfim, à população e, em especial, a seus segmentos mais carentes a oportunidade, curial à cidadania, de obtenção efetiva de Justiça.

Sala das Sessões, em 8 de 11 de 1997.

Deputado Wagner Rossi
Primeiro Vice-Líder do PMDB
na Câmara dos Deputados



CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

LIVRO I Do Processo de Conhecimento

TÍTULO VII Do Processo e do Conhecimento

CAPÍTULO III Do Procedimento Sumário

Art. 275 - Observar-se-á o procedimento sumário:

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995, .

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

* Inciso I com redação dada pela Lei número 5.925, de 1 de outubro de 1973.

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

- a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;
- c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;
- f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



g) nos demais casos previstos em lei.

* *Inciso II com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995 .*

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas
ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

* *Parágrafo com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995*

.....
.....

.



LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8 desta Lei.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....



CAPÍTULO II

Dos Juizados Especiais Cíveis

.....

SEÇÃO III

Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

.....

Art.10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

SEÇÃO XVI

Das Despesas

.....

Art. 55 - A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.



Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

- I - reconhecida a litigância de má-fé;
 - II - improcedentes os embargos do devedor;
 - III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.
-

CAPÍTULO IV

Disposições Finais Comuns

.....

Art. 94 - Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

.....

.....

.

PROJETO DE LEI N.º 3.947, DE 1997

(Do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh)

Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providencias.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 3283/1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL 3283/97.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.947, DE 1997
(DO SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH)



Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá
outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os artigos 3º, 8º, 10, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 28 de agosto de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória, para o processo, a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I -

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, até 60 (sessenta) vezes o salário mínimo.

III - a ação de despejo para uso próprio de valor não excedente ao fixado no item II deste artigo, que poderá ser cumulada com a de cobrança do respectivo aluguel.

Art. 8º.....

§ 1º. Somente as pessoas físicas capazes e os Condomínios serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de



intervenção de terceiro nem de assistência, salvo a denúncia da lide à seguradora, nos casos de indenização por acidente de trânsito. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas, mas os honorários de advogados serão limitados a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, sem prejuízo dos casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e os honorários poderão ser elevados até 15% (quinze por cento) sobre o valor de condenação, ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Art. 94. Os Juízes das Comarcas integram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e os serviços cartorários poderão ser prestados -- e as audiências realizadas na própria Vara ou fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ele pertencentes --, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas."

Art. 2º. Não se aplicam as disposições desta lei, salvo o "caput" do art. 3º, às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como se verifica na doutrina e nos pretórios, a Lei nº 9.099, de 26.09.95, instituidora dos "Juizados Especiais Cíveis", é objeto de profunda polêmica no que se refere à sua **competência funcional**, pois o entendimento da **obrigatoriedade (competência absoluta)** choca-se com a corrente contrária, que sustenta a **competência relativa**.

Processualistas de renome sustentam ser o Juizado Especial Cível de **competência funcional relativa**, cabendo somente ao autor da causa o direito de optar ou não pelo processamento por meio desse "Órgão da Justiça Ordinária". Dentre tais processualistas, podem ser citados Athos Gusmão Carneiro, Nelson Nery Jr., Cândido Rangel Dinamarco, Donaldo Armelin, Humberto Theodoro Jr., Ernani Fidelis dos Santos, Vicente Greco Filho, Araken de Assis e Joel Dias Figueira Jr.

Para esses eminentes processualistas, de uma maneira geral, os



"Juizados Especiais Cíveis" assemelham-se aos "Juizados de Pequenas Causas", resultando em processo especialíssimo, com rito sumário "sui generis", sem que se distinga do comum. Sustentam, ainda, que esse processo retrataria unicamente uma tutela jurisdicional diferenciada, visando a uma justiça participativa, aderente e rápida, sendo a opção do autor pelo Juizado igual à daquele que opta pelo uso de um remédio processual alternativo (v.g., pelo mandado de segurança nos casos em que é admissível renunciar à ação ordinária). Seria, praticamente, a opção entre duas espécies de processos. Ademais, não teria o legislador, com o advento do "Juizado Especial Cível", objetivado esvaziar o rito sumário, razão pela qual as causas teriam sido limitadas, em qualquer hipótese, a 40 (quarenta) salários mínimos, devendo o inciso I do art. 3º da Lei nº 9.099 ser interpretado como integrante do seu "caput".

Também nos pretórios há corrente jurisprudencial que adota o entendimento da competência funcional relativa e do limite de todas as causas a 40 salários mínimos, podendo ser citados, exemplificativamente, os julgados do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (Agravado de Instrumento nº 679.850, Rel. Juiz Carlos Renato de Azevedo Ferreira; Agravado de Instrumento nº 680.855-I, Rel. Juiz Roberto Bedaque), do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (Agravado de Instrumento nº 459.757, Rel. Juiz Melo Bueno) e do Tribunal de Alçada do Paraná (Conflito de Competência nº 91.451-8, rel. Juiz Domingos Ramina).

Contudo, sem embargo da notabilidade desses processualistas e de seus argumentos, tal entendimento revela-se engenhoso porém equivocado, na medida em passa ao largo dos princípios fundamentais relativos à competência funcional e à hermenêutica jurídica. Os equívocos, obviamente, devem ser atribuídos à confusa e má redação da lei, bem como à posterior mudança do rito sumaríssimo para o rito sumário do Código de Processo Civil, induzindo o intérprete a um exame inadequado desses problemas abstratos e dogmáticos, e tolhendo, no entender de Cappelletti, "a compreensão e aperfeiçoamento do fenômeno social do processo" (in COAD/ADV - Seleções Jurídicas), de modo a ofertar à sociedade uma nova justiça, revestida da indispensável modernidade.

Porém, outros processualistas não menos respeitáveis vem sustentando, num crescendo, a **competência obrigatória** desses Juizados e a não genérica limitação de todas as ações a 40 (quarenta) salários mínimos, sem se distanciarem do conceito básico do processo e não olvidando ser a competência e os procedimentos matéria de ordem pública e de direito indisponível, o que impede seja modificada pela parte. Perfilham esse entendimento, dentre outros, Theotonio Negrão, João Batista Lopes, Nildomar da Silveira Soares, Gilberto Ferreira, Carmen N.N. Bittencourt, Lauro Laerte de Oliveira, Horácio Wanderlei Rodrigues, Doorgal Gustavo B. de Andrade, Pedro Manoel Abreu, Lourival Geraldo Barbiero e J.S. Fagundes Cunha. Também os Desembargadores integrantes das Seções Cíveis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina já firmaram: "A competência definida no art.



3º da Lei nº 9.099/95, objetiva ou de juízo, por envolver matéria, valor e condição da pessoa, é absoluta e, desse modo, improrrogável e imodificável pela vontade das partes, sendo, portanto, obrigatória a jurisdição para as causas nela versadas, não sendo facultada a opção ao autor, ressalvada a hipótese do parágrafo 3º daquele artigo" (Conclusão nº 7, in DJE de Santa Catarina, nº 9435, de 11.03.96). Semelhante entendimento tiveram, ainda, os eminentes Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por maioria de votos, conforme seu Enunciado nº 1: "Ressalvada a hipótese do § 3º da Lei nº 9.099/95, é absoluta a competência dos Juizados Especiais Cíveis" (in DJE do Rio de Janeiro, de 18.12.95).

Desse modo, gradativamente vem passando a prevalecer, majoritariamente -- principalmente nos Juízos de primeiro grau, onde é mais sentida a atual crise da Justiça --, a adoção da tase da **competência absoluta** dos "Juizados Especiais Cíveis", não só com base no seu escopo jurídico-social, mas também sustentada em interpretação teleológica. Tanto é assim que a própria "Comissão de Reforma da Legislação Processual Civil", orientada pelos eminentes Ministros Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira, diante da forte divergência encontrada nos trabalhos da "Comissão de Interpretação da Lei nº 9.099/95", coordenada pela Escola Nacional da Magistratura, propôs que na segunda etapa da reforma do processo seja incluído no caput do art. 3º da referida lei, caber a competência do Juizado Especial Cível "por opção do autor".

Inobstante a sugestão também visar à colocação de um fim à polêmica, não demonstra ser a melhor alternativa, pois além de divorciada dos fins colimados na criação desses Juizados, configurará também, se aprovada, um aditamento inócuo, porque inconstitucional, vício presente, aliás, na lei que regulamentou os Juizados no Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 10.675, de 02.09.96, art. 1º, parágrafo único).

Com efeito, a Lei nº 9.099/95 funda-se nos arts. 24, X, e 98, I, da Constituição Federal de 1988. Visou, ao revogar a Lei nº 7.244/84 (referente exclusivamente ao "Juizado de Pequenas Causas") à criação de um "Órgão da Justiça Ordinária" destinado a apreciar não só as "causas de pequeno valor", mas também as "causas de menor complexidade", a fim de que, nessas ações, seja viabilizada a rápida procura da verdade, propiciando decisões lógicas e com equidade. Veículo de maior acesso à Justiça (direito do cidadão), procurou garantir o tratamento igualitário das partes e a liberdade do cidadão (presente na esfera criminal), de modo a possibilitar um processo rápido e menos oneroso tanto para os litigantes como para o Estado (art. 2º da Lei nº 9.099/95).

Portanto, em obediência ao aludido princípio processual incontroverso, não poderá caber ao autor "escolher o Juízo" onde pretende litigar, em prejuízo do réu. A competência pelo valor da causa e por matéria, diante de

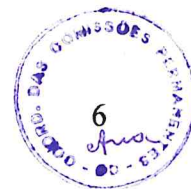


critérios objetivos (quantitativo e qualitativo), atribuída ao novo órgão da Justiça Ordinária, não permite às partes a disponibilidade deste Juizado, cuja competência "basilar", na denominação de Redenti, se torna obrigatória. E por ser o "Juizado Especial Cível" um "Órgão da Justiça Ordinária", inadmissível o pretendido direito de opção pelo Juízo comum. A escolha, ao alvedrio do autor, do juiz monocrático, implicaria também em conseqüente escolha do respectivo tribunal, na hipótese de recurso contra a sentença, traduzindo-se em privilégio exacerbado a uma das partes em detrimento da outra -- o réu --, que terá cerceada a sua ampla defesa. Causa espécie, assim, que, sob a capa da admissibilidade de uma evolução processual, pretendam alguns processualistas impor esse tratamento diferenciado, ilegal e notoriamente injusto, cuja vedação pode ser encontrada no Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicável nos Juizados, e que assegura às partes igualdade de tratamento" (art. 125, I, do CPC).

Não se reduz esse Juizado, dentro de um exame de sua finalidade, em essência, exclusivamente a "um novo rito", até mesmo por ser uma "tutela jurisdicional diferenciada" e autônoma. Na escolha do rito do Juízo comum (v.g., do mandado de segurança pela ação declaratória; do sumário pelo ordinário), as partes terão, de regra, um mesmo Juiz e um mesmo Tribunal, além da observância das regras de amplitude de defesa e de processamento, contidas no Código de Processo Civil. Mas tal não ocorrerá, ao menos quanto ao Tribunal, caso se venha a permitir ao autor o direito de opção por um dos órgãos judiciários, isto é, pelo Juizado ou pelo Juízo comum.

Cabe ainda observar que, sendo o Juizado um "Órgão da Justiça Ordinária", tem, não só rito e características especiais, como também "estrutura própria", prevista na lei nº 9.099/95. Apesar de funcionar como "apêndice" de uma mesma Justiça, o processamento de suas causas terá prazos diferenciados, número de testemunhas limitado, recursos restritos, vedação da ação rescisória etc. Daí ser inadmissível, por decorrência lógica, seja dado tratamento diferenciado a pessoas em situações idênticas, o que também é vedado pelos incisos XXXV, LIII, LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal, que têm ínsitas as cláusulas do "due process of law" e da "equal protection of the law", ambos do Direito Constitucional norte-americano, essenciais no Estado Democrático de Direito e peculiares à real modernidade do processo, cujo caráter instrumental exige que os seus mecanismos atendam aos anseios da população.

Os princípios que nortearam a criação desses Juizados -- lógico, jurídico, político e econômico -- assemelham-se àqueles encontrados no "Projeto Florença", de Mauro Cappelletti, onde é ressaltada a "necessidade de se obter, no mais elevado grau que a limitação humana permite, a efetividade do processo, como instrumento de acesso de cada um do povo a "ordem jurídica justa". Pensa-se na justiça social através do processo, como antes não se pensava" (apud Cândido



Rangel Dinamarco, "Fundamentos do Processo Civil Moderno", Ed. RT, pg. 254). Imperativo, pois, para essas causas, a competência funcional obrigatória ou absoluta, como de regra. Evidentemente, sem essa exigência não teria propósito a nova lei. Bastaria simplesmente que fosse elevado o valor das ações mencionadas na revogada lei nº 7.244/84, que tratava dos "Juizados de Pequenas Causas", anteriormente implantados, mantendo-se o seu respectivo processamento. Contudo, tal não ocorrendo, há de se considerar também essa circunstância no exame da sua competência funcional absoluta.

Intuitivo, ainda, tenha a Lei nº 9.099/95 omitido a facultatividade (opção) mencionada na anterior Lei nº 7.244/84. E isso porque o extinto "Juizado de Pequenas Causas", apesar do processamento nele incluído, era, mais propriamente, um substitutivo adotado para as conciliações outrora realizadas por Promotores de Justiça, Delegados de Polícia e até mesmo certos "coronéis" do nordeste e chefes políticos, sem que se tivesse cogitado de impugnar, na ocasião, o direito de opção nele contido, o que, de certa forma, seria arguição perfeitamente pertinente. Essa circunstância também induz, pois, à prevalência da regra da obrigatoriedade da competência funcional nos "Juizados Especiais Cíveis", que não se limitam a "pequenas causas", por também incluírem as de "menor complexidade". Ou seja, sem essa obrigatoriedade não se poderá atender à sua real finalidade, que deve ter por base os mencionados princípios da Lei Maior. Por isso mesmo, dispensável até que conste da lei essa exigência, uma vez que é inerente às suas normas, que não se confundem com aquelas do extinto "Juizado de Pequenas Causas" (Lei nº 7.244/84).

Nesse sentido, perfilhando a tese da competência funcional obrigatória, absoluta, caminha também outra corrente jurisprudencial, como se pode verificar com base nos arestos da 7a. Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (cf. Agravo de Instrumento nº 459.810-00/5-SP, Rel. Juiz Emmanoel França) e das 10a. e 4a. Câmaras do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (Agravo de Instrumento nº 677.042-9, rel. Juiz Ferraz Nogueira, e Agravo de Instrumento nº 681.735-8, rel. Juiz Carlos Bittar, entre outros).

Relevante, outrossim, o fato do "valor da causa" não se erigir em óbice para determinadas ações, embora desse entendimento não compartilhem quase todos os processualistas que se rebelam contra a competência absoluta. Com efeito, apesar do **caput** do art. 3º da Lei nº 9.099/95 referir-se às "causas de menor complexidade", alberga, englobadamente, de uma forma geral, todas as "causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo" em geral (inciso I). E, especificamente, as "possessórias sobre bens imóveis" que observem esse limite (inciso II), isto é, "de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo 3º da Lei nº 9.099/95".

Conseqüentemente, não tendo o legislador -- tanto no CPC como



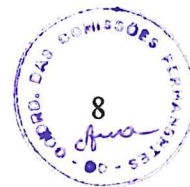
na lei específica dos "Juizados Especiais Cíveis" -- fixado "valor limite" para as causas enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil e concernentes aos "despejos para uso próprio", ao intérprete não cabe restringi-las a quarenta salários mínimos. Lógico, assim, que certas causas de "menor complexidade" (incisos II e III do art. 3º) não estão vinculadas ao seu valor, inobstante fosse possível ter esse fundamento. Tivesse, porém, o legislador objetivado a limitação do valor a quarenta salários mínimos para todas as demais causas mencionadas nos incisos II e III do art. 3º da Lei nº 9.099/95, então não especificaria esse limite nos seus incisos I e IV.

Fundamental ressaltar que, assim como a Lei nº 9.099/95 não revogou o art. 275, II, do CPC, ao considerar essas ações do "rito sumaríssimo" como de "menor complexidade", também a Lei nº 9.245, de 26.12.95 ("Lei de Reforma do CPC"), ao substituir aquele rito pelo "sumário", restringindo o número das causas do aludido inciso, não revogou, em nenhum de seus dispositivos, o inciso II do art. 3º do "Juizado Especial Cível". Aliás, as duas leis tiveram tramitação concomitante no Congresso Nacional, sem que fosse cogitada qualquer revogação. Daí permanecerem essas ações do "rito sumário" no Juízo Comum, para os casos em que o autor seja "pessoa jurídica", ou, quando embora "pessoa física", esteja impossibilitada de ingressar no "Juízo Especial Cível", ou, ainda, quando em caráter excepcional, venha a se aplicar, subsidiariamente, os §§ 4º e 5º do art. 277 do CPC (redação da Lei nº 9.245/95), combinados com o art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, em face de justificada "controvérsia da demanda", ou de exigir "prova técnica de maior complexidade", que descaracterizariam faticamente a demanda do Juizado.

Inobstante as exceções apontadas, sendo raríssimas, evidentemente, as ações desses "Juizados Especiais Cíveis" que possam ser convertidas, circunstancialmente, em causas de maior complexidade, não se pode dizer que o rito sumário resultou totalmente esvaziado.

Apesar desse entendimento, revela-se realmente inadequada a permanência do valor ilimitado para essas causas do Juizado (incisos II e III do art. 3º). E, "de lege ferenda", seria de todo conveniente que se limitasse o valor das causas do rito sumário (art. 275, II, do CPC) a 60 (sessenta) salários mínimos, o que teria reflexo na competência da "Lei dos Juizados Especiais Cíveis". Além disso, também seria oportuno que se emendasse o inciso III, do art. 3º da Lei nº 9.099/95, limitando-se as "ações de despejo para uso próprio" a 60 (sessenta) salários mínimos.

Contudo, enquanto mantida a redação atual do art. 275, II, do CPC, é certo que o rito sumário só abrangeria maior número de ações se no **caput** do art. 3º da Lei nº 9.099/95 estivesse fixado o limite de até quarenta salários mínimos, o que se estenderia a todas as causas mencionadas em seus incisos. Mas como tal não



ocorreu, seja pela "interpretação literal", seja pela "interpretação teleológica", observados os fins sociais a que a lei se destina, há que se exigir a obrigatoriedade do processamento nos "Juizados Especiais Cíveis" das "ações de despejo para uso próprio" e daquelas referidas no art. 275, inciso II, do CPC, independentemente do valor da causa.

Cabe também observar, em face de decisões controvertidas, que a ação de "cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio" (art. 275, II, letra b, do CPC), elencada no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9.099/95, resulta perfeitamente admissível como exceção à regra que veda a proposição no Juizado, por ser este restrito à "pessoa física" (art. 8º e § 1º). Aliás, sendo o condomínio uma "comunidade de interesses" e não propriamente uma "pessoa jurídica", também não se assemelha a uma "pessoa física". Por isso, não obstante deva essa ação ser intentada pelo condomínio e não pelo síndico, que é órgão executivo daquele, podendo ser "pessoa física" ou "jurídica", como admitido pelas legislações modernas, correto seja processada a ação de cobrança de suas despesas no Juizado Especial Cível.

Nesse sentido, prevalecendo percutiente voto majoritário, também é o entendimento da 4a. Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, cuja fundamentação do aresto faz ver que o condomínio "não é pessoa jurídica", pois não consta da relação legal (CC, art. 13 e ss.), vale dizer: o legislador não lhe atribuiu essa condição. Mas pode participar, como legitimado, de relações da vida negocial, como os fundos, os consórcios, a massa falida e outros entes que tais. O CPC denomina-os de "entidades não personalizadas", outorgando-lhes representantes para os atos próprios (CPC, art. 12)" (cf. Apelação nº 681.735-8, 1º TACSP, 4a. Câmara, Rel. Juiz Carlos Bittar).

Desse modo, pelas suas peculiaridades atípicas e pelo fato da Lei nº 9.099/95 não ter excluído expressamente os condomínios como parte nas ações de cobrança contra os condôminos perante o Juizado Especial Cível, perfeitamente possível venham os condomínios a ingressar com cobrança nesse novo Órgão da Justiça Ordinária, "pela pessoa a quem couber a administração de seus bens" (art. 12, VII, do CPC).

Igualmente relevante, sob outro aspecto, a evidente possibilidade de ser postulada no Juízo Especial Cível a "ação de despejo por falta de pagamento cumulada com a ação de cobrança até quarenta salários mínimos", conforme aresto do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (cf. Agravo de Instrumento nº 459.793-00/7, rel. Juiz Pereira Calças). Como ponderado por João Batista Lopes, "outro ponto polêmico concerne à aplicação da nova lei às ações disciplinadas pela Lei do Inquilinato. A despeito da ambigüidade da redação do art. 3º, inclinamo-nos no sentido de que seu inciso I é abrangente dessas ações (até o valor de quarenta salários mínimos), devendo o inciso III ser interpretado no sentido de alcançar todas



as ações de despejo para uso próprio, qualquer que seja o seu valor" (Repertório IOB de Jurisprudência, nº 24/95, pg. 387).

A circunstância de o despejo se encontrar disciplinado pela Lei nº 8.245/91, a qual prevê o direito à purgação da mora, não resulta em incompatibilidade para que as ações de despejo e de cobrança de alugueres, até quarenta salários mínimos, sejam processadas cumulativamente nos Juizados Especiais Cíveis, visto ser permitido, supletivamente, a adoção das normas específicas, observado o princípio do art. 6º da Lei nº 9.099/95, a teor do qual "o Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais e às exigências do bem comum".

Assim sendo, não pode o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099/95 ensejar dúvida sobre a competência funcional obrigatória ou absoluta, pois esse dispositivo só permite a renúncia do Juízo Comum, mas não a do Juizado Especial. Referido dispositivo, no contexto geral das normas da Lei nº 9.099/95, não está, conseqüentemente, a albergar a execução da sentença condenatória (seus julgados), que até podem ter valor superior a quarenta salários mínimos, uma vez que, em face dos incisos II e III do art. 3º e do art. 57 da Lei nº 9.099/95, são admissíveis nesse Juizado outras causas sem esse limite, bem como aquelas em que o autor tenha ingressado inadvertidamente no "Juizado Especial Cível", mesmo quando superior a esse limite (arts. 3º, § 1º, inciso I; 21 e 22, da Lei nº 9.099/95) e aos títulos executivos extrajudiciais restritos ao referido valor (art. 3º, § 1º, II).

Ademais, prevendo o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099/95 a hipótese de opção apenas quando o valor for superior ao estabelecido, lógico concluir-se que unicamente quando "limitado o valor" é que haverá obrigatoriedade do procedimento, o que não impede o ajuizamento no "Juizado Especial Cível" sendo a "causa de menor complexidade" e desvinculada do teto valorativo, de alçada, de quarenta salários mínimos.

Outrossim, no atinente à "ineficácia da sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida neste lei" (art. 39 da Lei nº 9.099/95), trata-se de norma vinculada ao "valor" admitido para a causa, que pode ser ou não de até quarenta salários mínimos, observado o já mencionado quanto ao art. 3º, § 3º, do mesmo diploma. Destarte, essa "ineficácia" não se refere às causas dos incisos II e III do art. 3º, nem mesmo ao "acordo extrajudicial, de qualquer natureza e valor", que, uma vez homologado no "Juizado Especial Cível", valerá como título judicial" (arts. 57 e 3º, § 1º, I, da Lei nº 9.099/95).

Excluídos esses casos, portanto, a competência **ratione materiae**, inderrogável e absoluta, não poderá ser modificada. Assim, mais um vez -- não se apartando da interpretação teleológica (finalística), fundada na consistência axiológica (valorativa) do Direito, extraída do art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, norma hermenêutica de fundamental relevância -- tem-se que a competência



funcional obrigatória desses Juizados revela-se evidente.

Dentre os argumentos para a admissão da competência funcional relativa, tem-se recorrido -- fundado em "política administrativa" -- àquele referente à precária infra-estrutura dos tribunais, razão pela qual a admissão da competência absoluta poderia resultar em sobrecarga de serviço, com perecimento dos Juizados. Tal argumento, porém, é notoriamente despido de juridicidade. Ao contrário, afigura-se perfeitamente possível essa obrigatoriedade, sem prejuízo da celeridade das decisões e sem qualquer acúmulo de serviço, mesmo em Estados onde o número de juízes é insuficiente para o processamento das ações no Juízo comum.

Outro "argumento administrativo" contrário à competência absoluta é o de que se estaria obrigando os menos abastados a uma justiça precária, o que, à evidência, também não se pode aceitar como argumento válido. Além dos "Juizados Especiais Cíveis" exigirem -- ao contrário do que ocorria com os "Juizados de Pequenas Causas" -- a presença obrigatória de advogados assistindo as partes (art. 9º da Lei nº 9.099/95), valorizando esse novo Órgão da Justiça, seu desempenho tende a ser aperfeiçoado, ao longo do tempo, mediante a especialização de Juízes, Advogados, Promotores de Justiça e funcionários dos cartórios, de modo a permitir decisões de melhor qualidade.

O certo é que, inobstante tratar-se de questão estritamente jurisdicional, revela-se perfeitamente viável a plena implantação dos "Juizados Especiais Cíveis", contornando as falhas ou deficiências da Administração na prestação dos serviços. Seria suficiente, para tal efeito, que, ao se organizar o funcionamento dos Juizados Cíveis, se determine -- com aproveitamento de toda a atual estrutura cartorária e sem maiores ônus para os cofres públicos -- o seu exercício nas próprias Varas Cíveis das Comarcas do interior e das capitais, em dias alternados e em horário diurno, reservando-se suas sedes somente para os julgamentos dos recursos, estes, de preferência, em horário noturno, em dias com ou sem expediente nos fóruns. Indispensável, outrossim, que, desde logo, sejam realizados cursos de especialização, permitindo a que todos aqueles que se integrem a esses Juizados receber novos e adequados conhecimentos, conscientizando-os dos seus objetivos supremos, vale dizer, da contribuição a ser prestada a um processo rápido, eficiente e menos onerosos, de modo a permitir soluções justas e equânimes, que atendam aos fins sociais e às exigências do bem comum.

Ainda quanto ao aspecto estrutural do Judiciário, não se deve olvidar que o "Juizado Especial Cível" só admite recurso contra a sua sentença para os próprios Juizados, cabendo a apreciação a uma das denominadas "Turmas Julgadoras", compostas de juízes de primeiro grau. Assim, por força da Lei nº 9.099/95, passam a ser formados verdadeiros "mini-tribunais" que, na realidade, vem a suceder os atuais Tribunais de Alçada.

Apesar dessas ponderações, não se pode ignorar que toda inovação



na esfera judicial sofre natural resistência por parte daqueles que militam no âmbito do Poder Judiciário, devido ao seu grau de conservadorismo. Gradualmente, no entanto, o bom senso também tem levado a reformulações dos entendimentos iniciais, seja quando se trate de norma processual ou quando se cuide de quebra de conceitos estruturais, porque histórica e socialmente superados.

Nestas condições, é oportuno que os membros do Poder Legislativo venham a repensar a questão, sob pena de, em prevalecendo a competência relativa, ocorrer o sucumbimento prematuro dos Juizados Especiais Cíveis, deixando-se de reconhecer o seu enorme e incontestado valor para a funcionabilidade do Poder Judiciário, cujo trabalho jurisdicional deve estar voltado para o interesse da população, que clama, na crise que se enfrenta, por uma Justiça rápida, simples e econômica.

Inadmitida a competência obrigatória do Juizado -- o que não se acredita possa prevalecer, ao menos nos pretórios, superando-se a resistência inicial -- deixará este de atender aos reclamos da sociedade, bem como de amenizar o volume de serviços nos tribunais. Fracassando os "Juizados Especiais Cíveis", o presente "colapso do Judiciário" tende a agravar-se. Assim, ao invés de se obstaculizar a sua implantação e seu efetivo funcionamento, de modo a atender à modernidade da Justiça, cabe-nos, enquanto representantes da população brasileira, corrigir as impropriedades da redação da Lei nº 9.099/95, envidando esforços para que as falhas sejam desde logo afastadas, de modo a aperfeiçoá-la, assegurando-se, o quanto seja possível, o maior acesso do povo a uma ordem jurídica que lhe propicie efetiva justiça social.

Isto posto, e tendo em vista que a teor do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre direito processual, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente iniciativa legislativa, que visa, em última instância, ao atendimento dos justos reclamos da população brasileira no tocante ao indeclinável dever de prestação jurisdicional por parte do Estado.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1997


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV -a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

LIII -ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV -ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV -aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO



CAPÍTULO II Da União

-
- Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
- I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
 - II - desapropriação;
 - III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
 - IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
 - V - serviço postal;
-

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
-

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

.....

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

.....

CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

SEÇÃO I Disposições Gerais

.....



Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos,

competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos

por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

.....
.....



DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

.....

Art. 5º - Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Art. 6º - A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º - Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º - Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º - Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

* § 3º com redação determinada pela Lei número 3.238, de 1 de agosto de 1957.

.....

.....



CÓDIGO CIVIL

LEI Nº 3.071, DE 01 DE JANEIRO DE 1916

Código Civil.

PARTE GERAL

LIVRO I Das Pessoas

TÍTULO I Da Divisão das Pessoas

CAPÍTULO II Das Pessoas Jurídicas

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 13 - As pessoas jurídicas são de direito público interno,
ou externo, e de direito privado.



CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

LIVRO I Do Processo de Conhecimento

.....

TÍTULO II Das Partes e dos Procuradores

CAPÍTULO Da Capacidade Processual

.....

Art. 12 - Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;

II - o Município, por seu Prefeito ou procurador;

III - a massa falida, pelo síndico;

IV - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

V - o espólio, pelo inventariante;

VI - as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando por seus diretores;

VII - as sociedades sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens;

VIII - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil (art. 88, parágrafo único);

IX - o condomínio, pelo administrador ou pelo síndico.

§ 1º - Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.



§ 2º - As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, não poderão opor a irregularidade de sua constituição.

§ 3º - O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira, a receber citação inicial para o processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial.

.....

TÍTULO IV

Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça

.....

CAPÍTULO IV

Do Juiz

SEÇÃO I

Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz

Art. 125 - O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:

- I - assegurar às partes igualdade de tratamento;
- II - velar pela rápida solução do litígio;
- III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça.
- IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

** Inciso IV acrescido pela Lei número 8.952, de 13/12/1994.*

.....

TÍTULO VII

Do Processo e do Conhecimento

.....

CAPÍTULO III

Do Procedimento Sumário



Art. 275 - Observar-se-á o procedimento sumário:

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

* Inciso I com redação dada pela Lei número 5.925, de 1 de outubro de 1973.

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;

b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;

c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;

d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;

e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

g) nos demais casos previstos em lei.

* Inciso II com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

* Parágrafo com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

.....

Art. 277 - O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de dez dias e sob a advertência prevista no § 2º deste artigo, determinando o comparecimento das partes. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro.

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

.....

§ 4º - O juiz, na audiência, decidirá de plano a impugnação ao valor da causa ou a controvérsia sobre a natureza da demanda, determinando, se for o caso, a conversão do procedimento sumário em ordinário.

* § 4º acrescido pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI**



§ 5º - A conversão também ocorrerá quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade.

* § 5º acrescido pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

.....
.....



LEI Nº 7.244, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1984

Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

I

Disposições Gerais

Art. 1º Os Juizados Especiais de Pequenas Causas, órgãos da Justiça ordinária, poderão ser criados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, para processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico.

Art. 2º O processo, perante o Juizado Especial de Pequenas Causas, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível a conciliação das partes.

.....

.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

**DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

.....

CAPÍTULO IV
Disposições Finais Comuns

.....

Art. 97 - Ficam revogadas a Lei número 4.611, de 2 de abril de 1965 e a Lei número 7.244, de 7 de novembro de 1984.

.....

.....



LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

DISPÕE SOBRE AS LOCAÇÕES DOS
IMÓVEIS URBANOS E OS
PROCEDIMENTOS A ELAS
PERTINENTES.

TÍTULO I Da Locação

CAPÍTULO I Disposições Gerais

SEÇÃO I Da Locação em Geral

Art. 1º - A locação de imóvel urbano regula-se pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Continuam regulados pelo Código Civil e pelas leis especiais:

a) as locações:

1. de imóveis de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e fundações públicas;
2. de vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos;
3. de espaços destinados à publicidade;
4. em apart-hotéis, hotéis-residência ou equiparados, assim considerados aqueles que prestam serviços regulares a seus usuários e como tais sejam autorizados a funcionar.

b) o arrendamento mercantil, em qualquer de suas modalidades.

.....
.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º - Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:



I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....

SEÇÃO II

Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos

.....

Art. 6º - O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

.....

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

SEÇÃO III

Das Partes

.....

Art. 9º - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º - Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º - O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º - O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

Art. 10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

SEÇÃO VIII

Da Conciliação e do Juízo Arbitral

Art. 21 - Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as conseqüências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

Art. 22 - A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

.....

SEÇÃO XII

Da Sentença

.....

Art. 39 - É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei.

.....

SEÇÃO XIV

Da Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito

Art. 51 - Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

III - quando for reconhecida a incompetência territorial;

IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei;

V - quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;

VI - quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

§ 1º - A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

§ 2º - No caso do inciso I deste artigo, quando comprovar que a ausência decorre de força maior, a parte poderá ser isentada, pelo Juiz, do pagamento das custas.

.....

SEÇÃO XVI

Das Despesas

.....

Art. 55 - A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

- I - reconhecida a litigância de má-fé;
- II - improcedentes os embargos do devedor;
- III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

SEÇÃO XVII

Disposições Finais

.....

Art. 57 - O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

Parágrafo único. Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

.....

CAPÍTULO IV

Disposições Finais Comuns

.....

Art. 94 - Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

.....

.....



LEI Nº 9.245, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, RELATIVOS AO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.

Art. 1º - Os artigos 275 a 281 da Lei número 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, sob a rubrica "Capítulo III - Do procedimento sumário", passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - É revogado o § 2º do art. 315, passando o atual § 1º a parágrafo único.

Art. 3º - A expressão "procedimento sumaríssimo", constante de dispositivos do Código de Processo Civil, é substituída pela expressão "procedimento sumário".

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI N.º 4.000, DE 1997

(Do Sr. LUIZ MAXIMO)

Modifica a redação dos arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94, da Lei nº 9.099, de 28 de setembro de 1995, que " Instituiu os Juizados Cíveis e Criminais".

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 3283/1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.000, DE 1997
(DO SR. LUIZ MÁXIMO)



Altera a redação dos arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 28.09.95, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se, aos arts. 3º, 8º, 10, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 28.09.1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a seguinte redação:

"Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória, para o processo, a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- I -
- II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, até sessenta vezes o salário mínimo;
- III - a ação de despejo para uso próprio de valor não excedente ao fixado no item II deste artigo, que poderá ser cumulada com a de cobrança do respectivo aluguel.

....."

"Art. 8º

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes e os Condomínios serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

....."

Assinatura



"Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, salvo a denúncia da lide à seguradora, nos casos de indenização por acidente de trânsito. Admitir-se-á o litisconsórcio."

.....
"Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas, mas os honorários de advogados serão limitados a dez por cento sobre o valor da causa, sem prejuízo dos casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e os honorários poderão ser elevados até quinze por cento sobre o valor de condenação, ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.
....."

.....
"Art. 94. Os Juízes das Comarcas integram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e os serviços cartorários poderão ser prestados na própria Vara ou fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando-se, para tanto, instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas."

Art. 2º Não se aplicam as disposições desta lei, salvo o "caput" do art. 3º, às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta busca aperfeiçoar a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, basicamente estabelecendo a competência funcional obrigatória, além de ampliar o teto permissivo para a propositura de ações e estabelecer a cobrança de honorários em, no máximo, dez por cento do valor da causa.

Assinatura manuscrita



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Devemos frisar que, ao apresentarmos a presente proposição, acatamos sugestão do eminente jurista Antônio de Pádua Ferraz Nogueira, Juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, que, a propósito, elaborou proficiente estudo sobre a matéria, que ora anexamos ao presente projeto.

Sala das Sessões, em 10 de XII de 1997


Deputado Luiz Máximo

71162807.126



PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, 12 de novembro de 1.997.

Senhor Deputado:

Peço venia, respeitosamente, a título de colaboração, para sugerir a Vossa Excelência e a outros de seus ilustres pares - consultada, se necessário, sua douta assessoria jurídica, - seja apresentado Projeto de Lei, conforme esboço anexo, modificando a redação dos arts. 3º, 8º, 10º, 55 e 94 da Lei nº 9.099, de 1.995, que instituiu os "Juizados Especiais Cíveis e Criminais", lei esta aprovada graças a elogiável visão dos atuais membros do Congresso Nacional, procurando transformar em realidade o maior acesso a Justiça, principalmente para os mais carentes, agilizando, destarte, o processamento das "pequenas causas" e das "causas de menor complexidade".

Trata-se esse Projeto, porém, de medida urgente, em face da notória divergência doutrinária e jurisprudencial sobre relevantes questões surgidas na parte que cuida dos "Juizados Especiais Cíveis", que estão a exigir o aperfeiçoamento da lei, principalmente, com inclusão expressa da sua "competência funcional obrigatória", visto que a facultatividade (por opção do



2

Como justificativa desse esboço de Projeto de Lei, também estou anexando meu estudo sobre "A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS EM FACE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS", - elaborado, a pedido, para publicação nas revistas do "Instituto dos Advogados de São Paulo" e da "Associação dos Advogados de São Paulo", - onde são abordados todos os pontos controvertidos desse novo órgão jurisdicional.

Esse projeto, é certo, irá afastar outro, possivelmente já em tramitação no Congresso, sugerido por juristas conservadores que, - não obstante os seus reconhecidos méritos, - insistem, contrariando o entendimento majoritário dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, além processualistas notáveis, - a exemplo de THEOTONIO NEGRÃO e JOÃO BATISTA LOPES, - seja incluída na lei o direito "opcional", - a critério do autor da ação e em detrimento do direito do réu, - ao "Juizado Especial Cível" ou à Justiça Comum. Contudo, a evidente inconstitucionalidade dessa inclusão, conforme ressaltado no meu trabalho anexo, manterá referida divergência jurisprudencial.

Acredito, no entanto, que o projeto anexo,
uma vez aprovado, - fixando a "competência funcional

h



3



A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS EM FACE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS.

ANTONIO DE PÁDUA FERRAZ NOGUEIRA
Juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil e
sócio colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo

I. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE COMPETÊNCIA - II. A COMPETÊNCIA FUNCIONAL DOS JUIZADOS CÍVEIS - III. OS JUIZADOS CÍVEIS E A CONSTITUIÇÃO: RAZÕES DA SUA OBRIGATORIEDADE - IV. A COMPETÊNCIA 'RATIONE MATERIAE' E PELO VALOR DA CAUSA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - V. INTELIGÊNCIA DA OPÇÃO DO ART. 3º DA LEI DOS JUIZADOS - VI. ÔBICES ADMINISTRATIVOS AO FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - VII. A CRISE DA JUSTIÇA E O JUIZADO

I. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE COMPETÊNCIA

Funda-se a competência para dirimir os litígios, de uma maneira geral, em essência, no imperativo da divisão de trabalho jurisdicional, no que tem em vista a multiplicidade de juízes e tribunais, cujos órgãos judiciários devem observar, além das matérias, das hipóteses, da quantidade populacional, o volume ordinário de lides e a extensão territorial onde deverão atuar.

Consoante já prelecionava o saudoso Prof. JOSÉ FREDERICO MARQUES, a competência pressupõe "a existência do poder jurisdicional, o qual é delimitado e circunscrito, por força da competência, para atuar em determinados casos e hipóteses". E seguindo ENRICO TULLIO LIEBMAN ("Corso di Diritto Processuale Civile", 1952, p. 68) e JOÃO MENDES JÚNIOR ("Direito Judiciário Brasileiro", 2ª ed., p. 40), completava: "É assim a competência o poder jurisdicional que a lei



delimita, no tocante ao respectivo exercício, quando atua hic et nunc dentro do âmbito que lhe traçam as normas legais. Dizem, por isso, os autores, que a competência é a medida da jurisdição. Quando o poder jurisdicional, de abstrato se torna concreto, em face de algum litígio, determinada fica a competência, que é a medida usada no distribuir-se a jurisdição entre os vários magistrados ou órgãos judiciários" (A. cit., "Instituições de Direito Processual Civil", Forense, 1.971, 4ª ed., p. 268).

Após essas oportunas noções, nota-se, ainda, que anteriormente eram órgãos na Justiça Estadual: Os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Alçada e os juízes singulares. A esses órgãos hoje, pois, é de se acrescentar os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, da Justiça Ordinária, exercidos por juízes de primeiro grau (Juízes de Direito).

Esses órgãos judiciários decorrem, evidentemente, dos limites jurisdicionais traçados pelas legislações ordinária e constitucional, cujas normas visam, em sentido amplo, a competência material. Assim, segundo o mesmo FREDERICO MARQUES, "Quando, porém, a discriminação de poderes jurisdicionais recai no objeto formal da jurisdição civil, para dispor sobre os atos que cada órgão judiciário possa praticar na relação processual (ou em procedimento de jurisdição voluntária), temos a chamada competência funcional" (A. cit., "Manual de Direito Processual Civil" - Teoria Geral do Processo Civil" - Saraiva, 1.974, 2ª Ed., p. 179).

Como se vê, a competência funcional é de importância transcendental na distribuição e especificação das



atribuições dos seus juízes e tribunais, com reflexo nos seus órgãos, excepcionando casuisticamente em razão da matéria (*ratione materiae*), qualitativa e quantitativamente.

Os consagrados processualistas ARRUDA ALVIM e TERESA ARRUDA ALVIM, no mesmo sentido, aliás, fazem ver, que "Os problemas de competência funcional surgem, então, quando o critério básico para a determinação da competência é aquele que encara a função do órgão jurisdicional prescindindo, em si mesmo, mas só aparentemente, da matéria, do valor da causa etc" (AA. *cits.*, "Manual de Direito Processual Civil". Ed. RT, 1.992, 4ª ed., p. 144).

Dentro desses conceitos, sem deixar à margem a importância da instrumentalidade do processo e da garantia de tratamento igualitário das partes, é que se deve enfrentar e refletir sobre a problemática doutrinária e jurisprudencial da competência funcional, absoluta ou relativa, dos "Juizados Especiais Cíveis", pois, incontroversa a obrigatoriedade dos "Juizados Especiais Criminais".

Na realidade, "a separação entre competência absoluta e relativa se faz com o fito de organizar a justiça da melhor maneira possível . Ao interesse dos litigantes e dos particulares é pressuposto o interesse público de uma mais exata e proveitosa administração da justiça" (cf. JOÃO BONUMÁ, "Direito Processual Civil", Saraiva, 1.946, vol. I, pp. 318-319, nº 66). Matéria de ordem pública e de direito indisponível, a competência funcional gravita acima do direito das partes, o que impede, de regra, - se não excepcionada



validamente pela lei, resguardando a igualdade de tratamento das partes, - seja modificada.

II. A COMPETÊNCIA FUNCIONAL DOS JUIZADOS CÍVEIS

A Lei nº 9.099, de 26.09.95, que entrou em vigor em 27.11.95, instituidora dos Juizados Especiais Cíveis, submete-se à forte divergência no que concerne à sua competência funcional. Choca-se, assim, o entendimento da obrigatoriedade (competência absoluta) com a corrente contrária, que sustenta a competência relativa, como se verifica na doutrina e nos pretórios.

É certo que processualistas de elevado renome sustentam ser o Juizado Especial Cível de competência funcional relativa, cabendo somente ao autor da causa o direito de optar ou não pelo processamento por meio desse Órgão da Justiça Ordinária. Dentre outros que esposam essa tese, encontramos: ATHOS GUSMÃO CARNEIRO ("Do rito sumário na reforma do Código de Processo Civil", p. 23, nº 13), NELSON NERY JR. ("Atualidades sobre o processo civil", Ed. RT, 1.996, 2ª ed., pp. 80/82), CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ("Os Juizados Especiais e os fantasmas que o assombram,", "in" Tribuna da Magistratura - Caderno de Doutrina, maio de 1996, pp. 1-8), DONALDO ARMELIN ("Conferência na USP, em março de 1.996, pp. 27-28), HUMBERTO THEODORO JR. ("Curso de Direito Processual Civil", Forense, 1996, 13ª ed., vol. III, p. 470-471, nºs. 1.579-1.580), ERNANI FIDELIS DOS SANTOS ("Novos Perfis do Processo Civil Brasileiro", Ed. Del Rey, 1996, pp. 148-50), VICENTE GRECO FILHO ("Comentários ao procedimento sumário, ao agravo e à ação monitória", Saraiva,



1996, p. 3), ARAKEN DE ASSIS ("Procedimento Sumário", Malheiros, 1996, p. 36, nº 12) e JOEL DIAS FIGUEIRA JR. ("Da Competência nos Juizados Especiais Cíveis", Ed. RT, 1996, pp. 28 a 38).

Para esses eminentes processualistas, de uma maneira geral, os Juizados Especiais Cíveis se assemelham aos Juizados de Pequenas Causas, resultando em processo especialíssimo, com rito sumário "sui generis", sem que se distinga do processo comum.

Segundo ainda afirmam, retrata unicamente uma tutela jurisdicional diferenciada visando uma justiça participativa, aderente e rápida, sendo a opção do autor pelo Juizado igual à daquele que opta pelo uso de um remédio processual alternativo, v.g., pelo mandado de segurança nos casos em que é admissível, renunciar à ação ordinária. É, praticamente, a opção entre duas espécies de processos. Além disso, não teria o legislador objetivado esvaziar o rito sumário, com o advento do Juizado Especial Cível, razão até das causas desse processo estarem limitadas, em qualquer hipótese, a quarenta (40) salários mínimos, devendo o inciso I do art. 3º da Lei 9.099/95, ser interpretado como integrante do seu "caput".

Também nos pretórios, há corrente jurisprudencial adotando esses entendimentos da competência funcional relativa e do limite de todas as causas a quarenta (40) salários mínimos, como se encontra no Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (Agravo de Instrumento nº 679.850, 7ª Câmara, v.u., Rel. Juiz CARLOS RENATO DE AZEVEDO FERREIRA; e



Agravo de Instrumento nº 680.855-1, 11ª Câmara, v.u., Rel. Juiz ROBERTO BEDAQUE), no Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (Agravo de Instrumento nº 459.757, Rel. Juiz MELO BUENO) e no Tribunal de Alçada do Paraná (Conflito de Competência nº 91.451-8, Rel. Juiz DOMINGOS RAMINA)

Contudo, sem embargo da notabilidade desses processualistas e de seus argumentos, demonstra-se, "data venia", equivocados e falhamente engenhosos esses entendimentos, porque alheios, ao que parece, aos princípios fundamentais da competência funcional e da hermenêutica aplicável. Os equívocos, evidentemente, só podem ser atribuídos à confusa e má redação da lei, assim como a posterior mudança do rito sumaríssimo pelo rito sumário do Código de Processo Civil, permitindo possa o intérprete ser levado a inadequado exame desse abstratos e dogmáticos problemas, tolhendo, no entender de CAPPELLETTI, "a compreensão e aperfeiçoamento do fenômeno social do processo" ("in" COAD/ADV - Seleções Jurídicas), de modo a conceder à sociedade uma nova justiça, revestida esta de modernidade indispensável.

Por outro lado, porém, outros não menos respeitáveis processualistas, dia a dia, num crescendo, também estão a sustentar a competência obrigatória desses Juizados e a não genérica limitação de todas as ações a quarenta (40) salários mínimos, sem se distanciarem do conceito básico do processo, não olvidando, como dito, ser a competência e os procedimentos matéria de ordem pública, e de direito indisponível, o que impede seja modificada pela parte. A exemplo, perfilha esse entendimento dentre outros, THEOTONIO

NEGRÃO ("Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Ed. Saraiva, 26ª ed., 1996, p. 948, notas 1 e 3 ao art. 3º da Lei 9.099/95; e na 28ª ed., 1.997, notas 1, 1a, 3 e 16 ao aludido artigo pp. 990 e 991); JOÃO BATISTA LOPES ("Juizados Especiais Cíveis e Criminais", Repertório IOB de Jurisprudência, dezembro/95, nº 24, pp. 386 a 388), NILDOMAR DA SILVEIRA SOARES ("Juizado Especial Cível, "A Justiça da Era Moderna", Ed. LTR, 3ª ed., 1996, p. 37), GILBERTO FERREIRA, "Pequenas Anotações sobre o novo procedimento sumário", Informativo JURUÁ, junho/96, nº 114, pp. 1.273 a 1.275), CARMEN N. N. BITTENCOURT ("A opção nos Juizados Especiais Cíveis", "Jornal do Magistrado", abril/96, p. 9), LAURO LAERTE DE OLIVEIRA ("Da competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis", jornal "O Estado do Paraná" - Caderno de Direito e Justiça, de 19.05.96, p. 1), HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES ("Juizados Especiais Cíveis: inconstitucionalidades, impropriedades e outras questões pertinentes", "in" Revista de Direito Processual Civil, Ed. Gênesis, Curitiba, Vol I, pp. 22-42 e "Lei nº 9.099/95: a obrigatoriedade da competência e do rito", AJURIS 67/186), DOORGAL GUSTAVO B. DE ANDRADE ("Será o Juizado Especial meramente uma opção?", "Jornal do Magistrado", dezembro/96, p. 14), PEDRO MANOEL ABREU ("Reflexões temáticas sobre o processo, o procedimento e a competência dos juizados especiais - Conferências, "in" "Jurisprudência Catarinense", vol. 75), LOURI GERALDO BARBIERO ("Juizados Especiais Cíveis: absoluta a sua competência", "Jornal da Magistratura" - Caderno de doutrina, abril/96, nº 69, pp. 2 e 3), J. S. FAGUNDES CUNHA ("A competência absoluta e a ausência de limites do valor da



causa nos Juizados Especiais Cíveis", "in" Caderno Universitário de Pesquisa de Doutrina e Jurisprudência" da Universidade de Ponta Grossa, 1.996, Est. Paraná).

A propósito, ressalte-se o fato dos eminentes Desembargadores integrantes das Seções Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Conclusão nº 7, já terem firmado: " A competência definida no art. 3º, da Lei 9.099/95, objetiva ou de juízo, por envolver matéria, valor e condição da pessoa, é absoluta e, desse modo, improrrogável e imodificável pela vontade das partes, sendo, portanto, obrigatória a jurisdição para as causas nela versadas, não sendo facultada a opção ao autor, ressalvada a hipótese do parágrafo 3º daquele artigo" ("in" DJE de S. Catarina, nº 9435, de 11.03.96). Semelhante entendimento tiveram, ainda, os eminentes Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por maioria de votos, conforme seu Enunciado nº 1: "Ressalvada a hipótese do § 3º da Lei 9.009/95, é absoluta a competência dos Juizados Especiais Cíveis" ("in" DJE do Rio de Janeiro, de 18.12.95).

Desse modo, gradativamente, ao que se colhe, vem passando a prevalecer, majoritariamente, - principalmente nos Juízos de primeiro grau, onde melhor é sentida a atual crise da Justiça, - a adoção da tese da competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis, não só com base no seu escopo jurídico-social, mas também sustentada em interpretação teleológica. Tanto é assim que a própria "Comissão de Reforma da Legislação Processual Civil", - orientada pelos proeminentes Ministros ATHOS GUSMÃO CARNEIRO e SÁLVIO DE FIGUEIREDO



TEIXEIRA, credores incontestáveis da gratidão do mundo jurídico nacional, - diante da forte divergência encontrada nos trabalhos da "Comissão de Interpretação da Lei nº 9.099/95", coordenada pela Escola Nacional da Magistratura ("in" "Revista dos Juizados Especiais", vol. 15/21), está a propor, nesta sua segunda etapa de reforma do processo, que seja incluído no "caput" do art. 3º da referida lei, caber a competência do Juizado Especial Cível "por opção do autor".

Sem embargo dessa sugestão também visar colocar fim à polêmica, não demonstra, "data vênica", ser a melhor alternativa, pois, não só divorciar-se-á dos fins colimados na criação desses Juizados, como também, se aprovada, será aditamento inócuo, porque inconstitucional, eiva esta presente na lei que regulamentou os Juizados no Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 10.675, de 02.09.96, art. 1º, Parágrafo único).

III. OS JUIZADOS CÍVEIS E A CONSTITUIÇÃO: RAZÕES DA SUA OBRIGATORIEDADE

A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1.995, instituidora dos "Juizados Especiais Cíveis e Criminais", está fundada nos arts. 24, X, e 98, I, da Constituição Federal de 1.988. Visou, ao revogar a Lei nº 7.244/84, - esta referente exclusivamente ao "Juizado de Pequenas Causas" (art. 97 da Lei nº 9.099/95), - a criação de um "Órgão da Justiça Ordinária" destinado a apreciar não só as "causas de pequeno valor", mas também as "causas de menor complexidade", a fim de que, nessas ações, seja viabilizada a rápida procura da verdade,



propiciando decisões lógicas e com equidade. Não se olvidou, destarte, é certo, seja dado também um tratamento conciliatório e justo aos litigantes. Veículo de maior acesso à Justiça (Direito do Cidadão), procurou garantir o tratamento igualitário das partes e à liberdade do cidadão (presente na esfera Criminal), de modo a possibilitar um processo rápido e menos oneroso tanto para os litigantes como para o Estado (art. 2º da Lei nº 9.099/95).

Portanto, em obediência ao aludido princípio processual incontroverso, não poderá caber ao autor "escolher o Juízo" onde pretende litigar, em prejuízo do réu. A competência pelo valor da causa e por matéria, diante de critérios objetivos, (quantitativo e qualitativo), atribuída ao novo órgão da Justiça Ordinária, não está a permitir às partes a disponibilidade deste Juizado, cuja competência "basilar", na denominação de REDENTI, se faz obrigatória (cf. FREDERICO MARQUES, "Curso de Direito Processual Civil", 2ª ed., Saraiva, 1974, vol I, p. 211, nº 190; LAURO LAERTE DE OLIVEIRA, Boletim JURUA, de 21 a 31 de março de 1.996, nº 107, p. 1148-1149). E por ser o Juizado Especial Cível um "Órgão da Justiça Ordinária", inadmissível o pretendido direito de opção pelo Juízo comum. A escolha, ao alvedrio do autor, do juiz monocrático, implicaria também em conseqüente escolha do respectivo tribunal, na hipótese de recurso contra a sentença, traduzindo-se em privilégio exacerbado a uma das partes litigantes em detrimento da outra, - o réu, - que terá cerceada a sua ampla defesa. Estranho, como se conclui, que, até sob a capa da admissibilidade de uma evolução processual, pretendam



alguns notáveis processualistas impor esse tratamento diferenciado, ilegal e notoriamente injusto, cuja vedação pode ser encontrada no Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicável nos Juizados, que está a "assegurar às partes igualdade de tratamento" (art. 125, I, do CPC).

Não se consubstancia esse Juizado, dentro de um exame de sua finalidade, em essência, exclusivamente em "um novo rito", até mesmo por ser uma "tutela jurisdicional diferenciada" e autônoma. Na escolha do rito do Juízo comum (v.g. do mandado de segurança pela ação declaratória; do sumário pelo ordinário), as partes terão, de regra, um mesmo Juiz e um mesmo Tribunal, além da observância das regras de amplitude de defesa e de processamento, contido no Código de Processo Civil. Mas isso não ocorrerá, ao menos quanto ao Tribunal, caso se venha permitir ao autor o direito de opção por um dos órgãos judiciários, isto é, pelo Juizado ou pelo Juízo comum.

O Juizado, cabe ainda observar, sendo um "Órgão da Justiça Ordinária", tem, não só rito e características especiais, como também "estrutura própria", previstas na Lei nº 9.099/95. Apesar de funcionar como "apêndice" de uma mesma Justiça, o processamento de suas causas terá prazos diferenciados, número de testemunhas limitado, recursos restritos, vedação da ação rescisória etc.. Daí ser inaceitável, por decorrência lógica, seja dado tratamento diferenciado a pessoas em situações idênticas, o que, também é vedado, principalmente em face da Lei Maior, pelos incisos XXXV, LIII, LIV e LV do art. 5º, da Constituição Federal, que



têm insitos as cláusulas do "due process of law" (devido processo legal) e da "equal protection of the laws" (igual proteção das leis), ambas do Direito Constitucional Americano (igualdade perante a lei, ampla defesa e devido processo legal), essenciais no Estado democrático de Direito e peculiares à real modernidade do processo, cujo caráter instrumental está a exigir que os seus mecanismos atendam os anseios da população.

Os princípios que nortearam a criação desses Juizados, - LÓGICO, JURÍDICO, POLÍTICO e ECONÔMICO, - assemelham-se, como se deduz, àqueles encontrados no "Projeto Florença", de MAURO CAPPELLETTI, onde é ressaltada a "necessidade de obter, no mais elevado grau que a limitação humana permite, a efetividade do processo, como instrumento de acesso de cada um do povo à 'ordem jurídica justa'. Pensa-se na justiça social através do processo, como antes não se pensava" (A. cit., "apud" CÂNDIDO R. DINAMARCO, "Fundamentos do Processo Civil Moderno", Ed. RT, 2ª ed., p. 254). Imperativo, pois, para essas causas, a competência funcional obrigatória, ou absoluta, como de regra. Sem essa exigência, evidentemente, não teria propósito a nova lei. Bastaria, então, que simplesmente fosse elevado o valor das ações mencionadas na revogada Lei nº 7.244/84, que tratava dos "Juizados de Pequenas Causas", anteriormente implantados, mantendo-se o seu respectivo processamento. Contudo, tal não ocorrendo, há de se considerar também essa circunstância no exame da sua competência funcional absoluta.



Intuitivo, ainda, tenha a Lei nº 9.099/95 omitido a facultatividade (opção) mencionada na anterior Lei nº 7.244/84. E isso porque o extinto "Juizado de Pequenas Causas", apesar do processamento nele incluído, era, mais propriamente, um substitutivo adotado para as conciliações outrora realizadas por Promotores de Justiça, Delegados de Polícia e até mesmo certos "coronéis" do nordeste e chefes políticos, sem que se tivesse cogitado de impugnar, na ocasião, o direito de opção nele contido, o que, de certa forma, seria arguição perfeitamente pertinente. Essa circunstância, pois, vem também induzir a prevalência da regra da obrigatoriedade da competência funcional nos "Juizados Especiais Cíveis", que não se limita a "pequenas causas", por também incluir as de "menor complexidade". Sem essa obrigatoriedade, pois, não se poderá atender a sua real finalidade, que deve ter por base os mencionados princípios da Lei Maior. Por isso mesmo, dispensável até conste da lei essa exigência, uma vez inerente às suas normas, que não se confundem com aquelas do extinto "Juizado de Pequenas Causas" (Lei nº 7.244/84), cuja opção nela contida não estaria isenta da eiva de inconstitucionalidade.

Nesse sentido, perfilhando a tese da competência funcional obrigatória, absoluta, caminha também outra corrente jurisprudencial, a exemplo dos arestos da Egrégia 7ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (cf. Agravo de Instrumento nº 459.810-00/5 - São Paulo, maioria de votos, Rel. Juiz EMMANOEL FRANÇA, j. em 30.04.96, "in" Bol. da AASP, nº 1963, p. 253-j) e das Egrégias 10ª e 4ª Câmaras do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo



(Agravado de Instrumento nº 677.042-9. v.u., j. em 02.04.96, relator Juiz FERRAZ NOGUEIRA, "in" JTACSP-Lex 157/13; e Agravado de Instrumento nº 681.735-8, maioria de votos, j. em 28.08.96, relator Juiz CARLOS BITTAR, dentre outros).

IV. A COMPETÊNCIA "RATIONE MATERIAE" E PELO VALOR DA CAUSA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Reveste-se de importância, outrossim, o fato do "valor da causa" não ser óbice para determinadas ações, embora não entendam dessa forma quase todos os processualistas que se rebelam contra a competência absoluta.

Veja-se, assim, o que estabelece o art. 3º da Lei nº 9.099/95, ao fixar a competência "ratione materiae".

"Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;



IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo".

Como se conclui, apesar do "caput" do art. 3º só se referir às causas de "menor complexidade", está a albergar, englobadamente, de uma forma geral, também todas "as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo" em geral (inciso I). E, especificamente, as "possessórias sobre bens imóveis" que observem esses limite de salário (inciso II), isto é, "de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo 3º da Lei nº 9.099/95".

Via de consequência, não tendo o legislador, - tanto no Código como na lei específica do Juizado, - fixado "valor limite" para as causas enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil e concernentes aos "despejos para uso próprio", ao intérprete não cabe restringi-las a quarenta salários mínimos. Lógico, assim, que certas causas de "menor complexidade" (incisos II e III do art. 3º) não estão vinculadas ao seu valor, não obstante, também fosse possível ter esse fundamento. Tivesse, porém, o legislador objetivado a limitação do valor de quarenta (40) salários mínimos para todas as demais causas mencionadas nos incisos II e III do art. 3º da Lei nº 9.099/95, então não especificaria esse limite nos seus incisos I e IV.

Fundamental ressaltar que, assim como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1.995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), não revogou o art. 275, II, do Código de Processo Civil, ao conceituar essas ações do "rito sumaríssimo"



como de "menor complexidade", também a Lei nº 9.245, de 26 de dezembro de 1.995 (Lei de Reforma do CPC), ao substituir aquele rito pelo "sumário", restringindo o número das causas do aludido inciso, não revogou, em nenhum de seus dispositivos, o inciso II do art. 3º do "Juizado Especial Cível". Aliás, as duas leis tiveram tramitação concomitante no Congresso Nacional, sem que fosse cogitada qualquer revogação. Daí permanecerem essas ações do "rito sumário" no Juízo Comum, para os casos em que o autor seja "pessoa jurídica", ou, quando embora sendo "pessoa física" esteja impossibilitada de ingressar no "Juízo Especial Cível" (v.g.: algumas causas, como as do § 2º do art. 3º, e hipóteses de réus em lugar incerto e não sabido, em face do obstáculo da vedação da citação por edital, conforme art. 18, § 2º da Lei nº 9.099/95, que estão a obstar ingressem com a ação no juizado), ou, ainda, quando em caráter excepcional, venha se aplicar, subsidiariamente, os §§ 4º e 5º do art. 277 do Código de Processo Civil (redação da Lei nº 9.245/95), combinados com o art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, em face de justificada "controvérsia da demanda", ou de se estar a exigir "prova técnica de maior complexidade", que descaracterizariam faticamente a demanda do Juizado.

Não obstante as exceções apontadas, sendo raríssimas, evidentemente, as ações desses "Juizados Especiais Cíveis" que possam ser transformadas, circunstancialmente, em causas de maior complexidade, não se pode dizer que o rito sumário resultou totalmente esvaziado.

Apesar desse entendimento, demonstra-se realmente inadequado permanecer o valor ilimitado para essas



causas do Juizado (incisos II e III do art. 3º). E, "de lege ferenda", seria oportuno que se limitasse o valor das causas do rito sumário (art. 275, II, do CPC) a 60 (sessenta) salários mínimos, o que teria reflexo na competência da Lei dos Juizados Especiais Cíveis. Além disso, que se emendasse o inciso III, do art. 3º da Lei nº 9.099/95, também limitando as "ações de despejo para uso próprio" a 60 (sessenta) salários mínimos.

Contudo, enquanto mantida a redação atual do art. 275, II, do Código de Processo Civil, é certo que o rito sumário só teria maior número de ações, se no "caput" do art. 3º da Lei nº 9.099/95 estivesse fixado o limite de até quarenta (40) salários mínimos, o que se estenderia a todas as causas mencionadas em seus incisos. Mas como tal não ocorreu, seja pela "interpretação literal", seja pela "interpretação teleológica", observados os fins sociais a que essa lei se destina, há de se exigir a obrigatoriedade do processamento nos "Juizados Especiais Cíveis" das "ações de despejo para uso próprio" e aquelas do art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, independentemente do valor da causa.

Também cabe observar, em face de conhecidas decisões controvertidas, que a ação de "cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio" (art. 275, II, letra "b)", do CPC), elencada no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9.009/95, resulta perfeitamente admissível como exceção à regra que está a vedar seja proposta no Juizado, por ser este restrito à "pessoa física" (art. 8º e § 1º). Aliás, sendo o condomínio uma "comunidade de interesses" e não propriamente uma "pessoa jurídica", conforme ensinamento de J. NASCIMENTO



FRANCO e NISSKE GONDO ("Condomínio em Edifícios", Ed. RT, p. 177), não se assemelha a uma "pessoa física". Por isso, não obstante essa "ação de cobrança deva ser intentada pelo condomínio e não pelo síndico, que é órgão executivo daquele" (cf. JOÃO BATISTA LOPES, "Condomínio", Ed. RT, p. 111), podendo este ser "pessoa física" ou "jurídica", como admitido pelas legislações modernas, correto seja processada a ação de cobrança de suas despesas no Juizado Especial Cível.

Nesse sentido, prevalecendo percutiente voto majoritário, também é o entendimento da Egrégia 4ª Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, cuja fundamentação do aresto faz ver que o condomínio "não é pessoa jurídica, pois não consta da relação legal (CC., art. 13 e ss.). Vale dizer: o legislador não lhe atribui a condição em tela (cf. Carlos Alberto Bittar: "Curso de Direito Civil", vol. I, pág. 88/89). Mas pode participar, como legitimado, de relações da vida negocial, como os fundos, os consórcios, a massa falida e outros entes que tais. Nomina-os o Código de Processo Civil de entidades não personalizadas, outorgando-lhes representantes para os atos próprios (art. 12)" (cf. Apelação nº 681.735-8, 1ª TACSP, 4ª Câmara, Rel. Juiz CARLOS BITTAR, j. em 28.08.96).

Desse modo, pelas suas peculiaridades atípicas e pelo fato da Lei nº 9.099/95 não ter excluído expressamente os condomínios como parte nas ações de cobranças contra os condôminos perante o Juizado Especial Cível, perfeitamente possível venha este ingressar com cobrança nesse novo Órgão da



Justiça Ordinária, "pela pessoa a quem couber a administração de seus bens" (art. 12, VII, do CPC).

Interessante, por outro aspecto, apesar de minoritário o entendimento no Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo (cf. Ag. Instr. nº 459.793-00/7, Rel. Juiz PEREIRA CALÇAS, v.u., j. em 23.04.96, "in" Boletim da AASP nº 1.990, p. 53), também a evidente possibilidade de ser postulada no Juizado a "ação de despejo por falta de pagamento cumulada com a ação de cobrança até quarenta (40) salários mínimos", conforme pondera JOÃO BATISTA LOPES: "Outro ponto polêmico concerne à aplicação da nova lei às ações disciplinadas pela Lei do Inquilinato. A despeito da ambigüidade da redação do artigo 3º, inclinamo-nos no sentido de que seu inciso I é abrangente destas ações (até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos), devendo o inciso III ser interpretado no sentido de alcançar todas as ações de despejo para uso próprio, qualquer que seja seu valor" (Repertório IOB de Jurisprudência, nº 24/95, p. 387).

As circunstâncias do despejo se encontrar disciplinado pela Lei nº 8.245/91 e nela conter direito à purgação da mora, não resulta incompatível sejam cumulativamente processadas essas ações (de despejo e de cobrança de alugueres, estes até quarenta salários mínimos) nos Juizados Especiais Cíveis, visto ser permitido, supletivamente, a adoção das normas específicas, observado o princípio do art. 6º da Lei nº 9.099/95: "O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais e às exigências do bem comum".



V. INTELIGÊNCIA DA OPÇÃO DO § 3º DO ART. 3º DA LEI DOS JUIZADOS.

Não pode, por outro aspecto, nem mesmo o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099/95 ensejar dúvida sobre a competência funcional obrigatória ou absoluta, pois esse dispositivo só permite a renúncia do Juízo Comum, não do Juizado Especial: "A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia do crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação". Esse dispositivo, - dentro do exame global do emaranhado de normas da Lei nº 9.099/95, - não está, conseqüentemente, a albergar a execução de sentença condenatória (seus julgados), que até podem ter valor superior a quarenta (40) salários mínimos, uma vez admissíveis nesse Juizado outras causas sem esse limite, em face dos incisos II e III do art. 3º, e art. 57 da Lei nº 9.099/95 (estas por se transformarem em título executivo judicial). Prende-se, assim, só às causas dos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.099/95, bem como àquelas em que o autor tenha ingressado inadvertidamente no "Juizado Especial Cível", mesmo quando superior aos quarenta (40) salários mínimos previstos (arts. 3º, § 1º, inciso I; 21 e 22, da Lei nº 9.099/95) e aos títulos executivos extrajudiciais restritos ao referido valor (art. 3º, § 1º, II).

Estando, ademais, o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099/95 só a mencionar a opção quando o referido valor for



superior ao estabelecido, lógico concluir-se que unicamente quando "limitado o valor" é que haverá obrigatoriedade do procedimento, o que não impede o ajuizamento, no "Juizado Especial Cível" sendo a "causa de menor complexidade" e desvinculada do teto valorativo, de alçada, de quarenta (40) salários mínimos.

Outrossim, no atinente à "ineficácia da sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta lei" (art. 39 da Lei nº 9.099/95), trata-se de norma ligada ao "valor" admitido para a causa, que pode ser ou não de até quarenta (40) salários mínimos, observado o já mencionado quanto ao art. 3º, § 3º da Lei nº 9.099/95. Destarte, essa "ineficácia" não se refere às causas dos incisos II e III do art. 3º, nem mesmo ao "acordo extrajudicial, de qualquer natureza e valor", que, uma vez homologado no "Juizado Especial Cível", valerá "como título judicial" (art. 57 e art. 3º, § 1º, I da Lei nº 9.099/95).

Excluídos esses casos, portanto, a competência "ratione materiae", inderrogável e absoluta, não poderá ser modificada.

Assim, mais uma vez, - não se apartando da interpretação teleológica (finalística), fundada na consistência axiológica (valorativa) do Direito, extraída do art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, norma hermenêutica de importância transcendental, - tem-se que a



competência obrigatória funcional desses Juizados demonstra-se evidente.

VI. ÔBICES ADMINISTRATIVOS AO FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Dentre os argumentos para a admissão da competência funcional relativa, tem sido também muito usado, - fundado em "política administrativa", - aquele referente à precária infra-estrutura dos tribunais, razão pela qual poderia a competência absoluta resultar em sobrecarga de serviço, com perecimento dos Juizados. Todavia, esse argumento é notoriamente despidido de juridicidade. Além disso, ao reverso, demonstra-se perfeitamente possível essa obrigatoriedade, sem prejuízo da celeridade das decisões e sem qualquer acúmulo de serviço, mesmo em Estados onde o número de juízes é insuficiente para o processamento das ações no Juízo comum, como veremos adiante.

Outro "argumento administrativo" contrário a essa competência absoluta, é o de que se estaria obrigando os menos abastados a uma justiça precária, o que, à evidência, também não se pode aceitar como válido. Além dos Juizados Especiais Cíveis exigirem - ao contrário do que ocorria com os "Juizados de Pequenas Causas" (Lei nº 7.244/84) - a presença obrigatória de Advogados assistindo as partes (art. 9º da Lei nº 9.099/95), valorizando esse novo Órgão da Justiça, seu desempenho tende a ser aperfeiçoado, através do tempo, mediante a especialização de Juízes, Advogados, Promotores de Justiça e



funcionários dos cartórios, de modo a permitir decisões da melhor qualidade.

O certo é que, não obstante a questão seja estritamente jurisdicional, demonstra-se, ao contrário do que possa parecer, perfeitamente viável a sua plena implantação, contornando as falhas ou deficiências da Administração na prestação de serviços. Suficiente, no aspecto administrativo, principalmente no Estado de São Paulo, que, ao se organizar o funcionamento do Juizados Cíveis, se determine, - com aproveitamento de toda a atual estrutura cartorária e sem maiores ônus para os cofres públicos, - o seu exercício nas próprias varas cíveis das Comarcas do interior e da Capital, em dias alternados e em horário diurno, reservando-se suas sedes somente para os julgamentos dos recursos, estes, de preferência, em horário noturno, em dias com ou sem expediente nos fóruns. Indispensável, outrossim, que, desde logo, se realizem cursos de especialização, permitindo venham todos que estejam integrando esse Juizado receber novos e adequados conhecimentos, conscientizando-os do objetivo supremo desses Juizados, isto é, da contribuição que deverão emprestar a um processo rápido, eficiente e menos oneroso, de modo a permitir soluções justas e equânimes, que atendam aos fins sociais e às exigências do bem comum (arts. 5º e 6º da Lei nº 9.099/95, c.c. art. 5º da LICC).

Ainda no aspecto estrutural do Judiciário, não se olvide que o Juizado Especial Cível só admite recurso contra a sua sentença para os próprios Juizados, sendo esse recurso apreciado por uma das denominadas "Turmas Julgadoras",



compostas por juízes de primeiro grau. Assim, passam a ser formados, por força da Lei nº 9.099/95, autênticos "mini-tribunais" que, na realidade, estão a suceder os atuais Tribunais de Alçada, principalmente no Estado de São Paulo, onde estes não mais têm competência restrita às causas de "pequeno valor" e de "menor complexidade", conforme objetivado ao serem criados, há quarenta e cinco anos.

VII. A CRISE DA JUSTIÇA E O JUIZADO

Apesar dessas ponderações, não se pode esquecer que toda inovação na esfera judicial tem sofrido natural resistência dos que militam no Poder Judiciário, tal o seu grau de conservadorismo. Gradativamente, no entanto, o bom senso também tem levado a seqüentes reformulações dos entendimentos iniciais, muitas vezes até com aperfeiçoamento da inovação a ser implantada, seja quando se trate de norma processual ou quando se cuide de quebra de conceitos estruturais, porque ultrapassados.

A exemplo, tem-se a relutância inicial ao ingresso da mulher na Advocacia, na Magistratura e no Ministério Público, hoje admitido com naturalidade, sendo inegável o seu aproveitamento salutar, revelando condutas idealistas exemplares, além de novos talentos.

Muito antes, também a utilização da máquina de escrever no registro dos atos do processo foi duramente combatida, temendo-se a possibilidade da falsificação das peças, principalmente das sentenças que eram manuscritas pelos



juízes. Atualmente, não só é perfeitamente aceita a máquina de escrever, como até já se encontra substituída pelo computador.

Identicamente ocorreu com a taquigrafia e a estenotipia, - destinadas à colheita e documentação dos depoimentos das testemunhas e dos debates orais da causa, - que receberam inicial relutância à sua implantação. Só há pouco tempo, aliás, - com a nova redação emprestada ao "caput" do art. 417 do Código de Processo Civil, por força da Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1.994, - seu uso passou definitivamente a ser admitido, não mais cabendo questioná-lo.

Oportuno, diante disso, venham os doutos repensar a questão, sob pena de, se prevalecente a competência relativa, haver sucumbimento prematuro dos Juizados Especiais Cíveis, deixando-se de reconhecer o seu enorme e incontestável valor para a funcionabilidade do Poder Judiciário, cujo trabalho jurisdicional deve estar voltado para o interesse da população, que clama, na crise que se enfrenta, por uma justiça rápida, simples e econômica.

Inadmitida a competência obrigatória do Juizado, - o que não se acredita possa prevalecer, ao menos nos pretórios, superando-se a resistência inicial, - este deixará de atender aos reclamos da sociedade, bem como de amenizar o volume de serviço nos tribunais. Fracassando os "Juizados Especiais Cíveis" o presente "colapso do Judiciário", - recentemente atestado pelo Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Presidente do Colendo Supremo Tribunal Federal, - será bem maior. Assim, em lugar de se obstacular a sua implantação e o seu efetivo funcionamento, de modo a atender à modernidade da



Justiça, que nos preocupemos mais com as impropriedades decorrentes da redação emprestada à Lei nº 9.099/95, envidando esforços para que falhas sejam desde logo afastadas, de modo a ser aperfeiçoada, como se está a exigir, garantindo-se, o quanto seja possível, o maior acesso do povo a uma ordem jurídica que lhe propicie efetiva justiça social.

São Paulo, 13 de março de 1.997.

Autorizo a publicação gratuita.

ANTONIO DE PÁDUA FERRAZ NOGUEIRA



LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....



SEÇÃO III Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

.....

Art. 10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

SEÇÃO XVI Das Despesas

.....

Art. 55 - A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

- I - reconhecida a litigância de má-fé;
- II - improcedentes os embargos do devedor;



III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

.....

CAPÍTULO IV

Disposições Finais Comuns

.....

Art. 94 - Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.021, DE 1997

(Do Sr. KOYU IHA)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências".

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 3283/1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.021, DE 1997
(DO SR. KOYU IHA)



Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O arts. 3º, 8º, 10 e 55, todos da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência absoluta para a conciliação, processo, julgamento e execução das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

.....
II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, até sessenta vezes o salário mínimo;

III - a ação de despejo para uso próprio de valor não excedente ao fixado no inciso anterior, que poderá ser cumulada com a de cobrança do respectivo aluguel;

.....";

"Art. 8º

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes e os condomínios serão admitidos a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

.....";

"Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, salvo a denúncia da

9



lide à seguradora, nos casos de indenização por acidente de trânsito. Admitir-se-á o litisconsórcio.";

"Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e os honorários de advogado serão limitados a 10% (dez por cento) do valor da causa, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor da condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

.....".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A criação dos Juizados Especiais, de acordo com o art. 98 da Constituição Federal, representou importante avanço no sentido de garantir a toda a população, notadamente aos menos abastados, o acesso ao Poder Judiciário.

Cumprе, todavia, aperfeiçoar a lei, para sedimentar de vez essa conquista.

Em primeiro lugar, e para espantar divergências doutrinárias e jurisprudenciais, propomos alteração ao art. 3º da lei nº 9.099. Trata-se de fixar como absoluta a competência dos Juizados Especiais Cíveis nas hipóteses previstas, afastando qualquer outra interpretação que possa levar ao entendimento de que a ida ao Juizado é uma opção do autor da ação, que poderia entender mais apropriado bater às portas da chamada Justiça Comum. Ainda nesse artigo, alteramos os incisos II e III, alargando o espectro de abrangência da lei.

No art. 8º, conferimos legitimidade ativa aos condomínios, que, como se sabe, não são dotados de personalidade jurídica e tampouco se assemelham a pessoas físicas. Recordamos que a lei já admite figurar o condomínio como autor no Juizado Especial, na hipótese do art. 275, II, "b", do Código de Processo Civil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Quanto ao art. 10, trata-se de reconhecer hipótese de denúncia da lide que se apresenta comumente no dia-a-dia forense, de sorte que sua ausência do texto legal causa embaraços ao funcionamento adequado dos juizados.

Finalmente, no art. 55, homenageamos a figura do advogado, ao prevermos, mesmo em primeira instância, a condenação do vencido em honorários, porém em percentual inferior ao usual. Não se deve olvidar que, em face do art. 133 da Constituição Federal, o advogado é indispensável à administração da Justiça.

Com estas modificações, acreditamos que os Juizados Especiais Cíveis estarão melhor regrados, a fim de alcançarem os altos propósitos para os quais foram concebidos.

Por isso contamos com o endosso de nossos Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 199 .

Deputado Koyu Iha

10/12/97



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO III Do Poder Judiciário

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 98 - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

CAPÍTULO IV Das Funções Essenciais à Justiça



SEÇÃO III
Da Advocacia e da Defensoria Pública

Art. 133 - O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

.....
.....



CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

LIVRO I

Do Processo de Conhecimento

.....

TÍTULO VII

Do Processo e do Conhecimento

.....

CAPÍTULO III

Do Procedimento Sumário

.....

Art. 275 - Observar-se-á o procedimento sumário:

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

* Inciso I com redação dada pela Lei número 5.925, de 1 de outubro de 1973.

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;

b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;

c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;

d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;

e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

.....

.....



LEI 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....



SEÇÃO III Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

.....

Art. 10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

SEÇÃO XVI Das Despesas

.....

Art. 55 - A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I - reconhecida a litigância de má-fé;

II - improcedentes os embargos do devedor;

III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.275, DE 1998

(Do Sr. Maluly Netto)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da outras providências".

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL 3283/1997.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 4.275, DE 1998
(DO SR. MALULY NETTO)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.283, DE 1997)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 8º, 10 e 55 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória para a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I -

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, até sessenta vezes o salário mínimo;

III - a ação de despejo para uso próprio de valor não excedente ao fixado no item II deste artigo, que poderá ser cumulada com a de cobrança do respectivo aluguel."

"Art. 8º.

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes e os condomínios serão admitidos a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas."



"Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, salvo a denúncia da lide à seguradora, nos casos de indenização por acidente de trânsito. Admitir-se-á o litisconsórcio."

"Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas, e os honorários de advogado serão limitados a dez por cento sobre o valor da causa, sem prejuízo dos casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e os honorários poderão ser elevados até quinze por cento sobre o valor de condenação, ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa."

Art. 2º Não se aplicam as disposições desta lei, salvo o *caput* do art. 3º, às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais representam importante avanço no sentido de tornar a justiça acessível a todas as camadas da população, na esteira do que já acontecera com a bem-sucedida experiência dos Juizados de Pequenas Causas.

Cumpre, portanto, aperfeiçoá-los constantemente, e é o que nos propomos a fazer com este projeto, acolhendo sugestões do eminente Juiz do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, Antônio de Pádua Ferraz Nogueira.

Trata-se, fundamentalmente, de ~~est~~ancorar divergências doutrinárias e jurisprudenciais, para tornar absoluta a competência do Juizado Especial Cível para as hipóteses previstas no art. 3º da Lei, não dando margem a que se interprete a busca deste Juizado como uma opção do autor da ação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



A par dessa medida, altera o projeto outros sensíveis pontos da Lei nº 9.099: o espectro de incidência dos incisos II e III do art. 3º, a legitimação ativa do § 1º do art. 8º, a possibilidade de denúncia da lide à seguradora nos acidentes de trânsito e a condenação de honorários advocatícios em primeira instância.

As medidas ora alvitadas reforçarão a vocação dos Juizados Especiais de atender aos reclamos da sociedade, bem como de amenizar o volume de serviço nos tribunais, evitando o colapso do Poder Judiciário.

Por isso contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões, em 18 de Mar de 1998.

Deputado MALULY NETTO



CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 5869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL.

LIVRO I Do Processo de Conhecimento

.....

TÍTULO VII Do Processo e do Conhecimento

.....

CAPÍTULO III Do Procedimento Sumário

** Capítulo nominado pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.*

Art. 275 - Observar-se-á o procedimento sumário:

** Artigo, "caput", com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.*

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

** Inciso I com redação dada pela Lei número 5.925, de 1º de outubro de 1973.*

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

- a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;
- c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

g) nos demais casos previstos em lei.

** Inciso II com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.*

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

** Parágrafo com redação dada pela Lei número 9.245, de 26/12/1995.*

.....
.....



LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.



§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....

SEÇÃO III Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

.....

Art. 10 - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

.....

SEÇÃO XVI Das Despesas

.....

Art. 55 - A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI



Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

- I - reconhecida a litigância de má-fé;
- II - improcedentes os embargos do devedor;
- III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 4.404, DE 1998

(Do Sr. EMILIO ASSMAR)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Lei dos Juizados Cíveis e Criminais, nos artigos que menciona.

DESPACHO:

DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP EMILIO ASSMAR,
SOLICITANDO A APENSAÇÃO DESTA AO PL 3283/97.
DCD 27 05 98 PAG 14140 COL 02.

PROJETO DE LEI Nº 4.404, DE 1998
(DO SR. EMÍLIO ASSMAR)



Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Lei dos Juizados Cíveis e Criminais, nos artigos que menciona.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, Lei dos Juizados Cíveis e Criminais, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.

I - as causas cujo valor não exceda a cem vezes o salário mínimo;.....

II -

III - as ações de despejo para uso próprio, por falta de pagamento e para uso de ascendente e descendente (NR);

IV-

V- as ações referentes à relação de consumo, de valor não excedente ao fixado no inciso I (NR);

VI -

Art. 7º.

Handwritten signature in blue ink.



§ 1º Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

§ 2º. Os juízes leigos farão jus a uma gratificação mensal no valor de 10 % (dez por cento) da remuneração de juiz titular (NR).

Artigo 8º.....

§ 1º - Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas e jurídicas de direito privado (NR);

§ 2º.....

Art. 9º Nas causas de valor até 40 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º.....

Art. 16. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de dez dias (NR).

Art. 38.

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido, devendo o juiz determinar o valor dos honorários de advogado, se houver, os juros e a correção monetária (NR).

Handwritten signature



Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado ou no local onde estejam localizados os bens, através de carta de sentença, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações (NR):

.....

VII - na alienação forçada do bem, o juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Sendo o preço inferior da avaliação, as partes serão ouvidas, facultando-se a remissão do bem em qualquer caso. Se o pagamento não for a vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem móvel, ou hipotecado o imóvel (NR);

.....

IX - O devedor poderá oferecer embargos, no prazo de cinco dias, nos autos de execução versando sobre (NR):

- a).....
- b).....
- c).....
- d).....

§ 1º. A execução de título judicial poderá ser promovida **ex-officio** pelo próprio juiz competente, quando se tratar de causas que, pelo valor de alçada, dispensem a presença de advogados (NR).

§ 2º O mandado judicial, nas execuções, deve reunir em único instrumento todas as diligências cabíveis, ficando a cargo do

duy



oficial de justiça proceder, seqüencialmente, à penhora, à avaliação dos bens e à intimação, sempre que possível (NR).

§ 3º. O juiz determinará a comunicação ao serviço de proteção ao crédito, ou similar, da existência de execução não paga (NR).

§ 4º O prazo para impugnação dos embargos é de cinco dias (NR).

Art. 53.....

§ 5º São penhoráveis os bens que guarnecem a casa do devedor, desde que não sejam essenciais ou influam nas condições de habitabilidade (NR).

Art. 82 Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será julgada por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado (NR).

§ 6º. A turma apreciará pedidos de **habeas-corpus** e mandado de segurança contra atos de juiz dos Juizados Especiais (NR).

Art. 85. Não efetuado o pagamento de multa ou cumprida a pena restritiva de direitos será feita a conversão em pena privativa da liberdade, nos termos previstos em lei (NR).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Handwritten signature in blue ink.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem o objetivo de solucionar questões freqüentemente suscitadas quanto à atividade executiva nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sobretudo no que é pertinente à necessária agilização do processo executivo que, em geral, é o que apresenta problemas mais numerosos e delicados do ponto de vista da efetividade e da operacionalidade.

Estabelecer um parâmetro de competência baseado em ínfimos quarenta salários mínimos, como atualmente estabelece a Lei 9.099/95, é algo que deve ser repensado e aumentado, tendo-se em vista, principalmente e por exemplo, que em ações de despejo, cujo valor da causa corresponde a doze vezes o valor do aluguel, e muitas outras demandas que poderiam ser prontamente solucionadas pelo rito sumariíssimo do Juizado, são levadas a julgamento pelo lento, injusto e dispendioso, no caso, Código de Processo Civil. É de ser, portanto, ampliada em razão do valor a competência do Juizado Especial Cível, para que tais casos e outros de complexidade menor sejam abrangidos, sem que com isso quebrems a regra constitucional do art. 98, I, *ipso facto* propomos a sua alteração para cem salários mínimos.

Também é de ser sanada uma inconstitucionalidade hoje verificada na Lei 9.099/95, no que diz respeito à impossibilidade de pessoas jurídicas de direito privado serem partes autoras no Juizado Especial. Há infringência do princípio constitucional de isonomia, que manda tratar aos iguais com igualdade, segundo o artigo 5º. A Lei atual somente admite proponham ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes, em flagrante desrespeito à Magna Carta. Havemos, pois, de garantir, dentro dos limites do valor da causa, que pessoas jurídicas também possam acionar, em lugar de serem somente acionadas no Juizado Especial.

Dizia-nos o saudoso Hely Lopes Meirelles, em sua famosa obra Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Malheiros, 21ª edição, pág. 403, que: *"A percepção de vencimentos pelo exercício do cargo é a regra da Administração Brasileira, que desconhece cargo sem retribuição pecuniária. Pode haver função gratuita, como são as honoríficas e as de suplência, mas cargo gratuito é inadmissível na nossa organização administrativa. Diante deste princípio, resulta que todo aquele que for investido num cargo e o exercer como titular ou substituto tem direito ao vencimento respectivo. Daí*



por que a jurisprudência é uniforme e pacífica no reconhecer ao suplente que substitui o titular a retribuição correspondente ao exercício do cargo. Por tal assertiva, e tendo em vista que a Constituição Federal não proibiu que juízes leigos, advogados com cinco anos de experiência (art. 7º da Lei 9.099/95) viessem a perceber uma retribuição pelo seu *munus publicus*, é que propomo-la em nosso Projeto.

A assistência de advogado, que é indispensável à administração da justiça (art. 133 da CF), fica resguardada dentro do limite de até quarenta salários mínimos em que as partes podem transigir e até mesmo extinguir as suas demandas, sendo-lhes facultado, como hoje o faz a Lei dos Juizados Especiais, a serem representadas pelo profissional.

À proporção que cresce a demanda de jurisdição, e a estrutura dos Juizados Especiais se aperfeiçoa e se expande para atendê-la, também cresce a sua manifesta incapacidade para corresponder aos anseios da realidade da atuação jurisdicional no que diz respeito ao processo de execução.

Dentro deste contexto, o processo mesmo de execução, como um todo, talvez esteja a reclamar drástica revisão, ostentando medidas operacionais ou propostas *de lege ferenda*, na ordem dos interesses de plena satisfação do direito e de realização célere e prática do crédito, em favor dos seus destinatários.

Mesmo com a legislação vigente, é possível, por certo, conferir maior celeridade e efetividade ao processo de execução nos Juizados Especiais. O esforço e a criatividade dos juízes têm alcançado alguns bons resultados nesse sentido. Entretanto, os ganhos possíveis aparentemente já se esgotaram, sumamente limitados que se acham pela sistemática geral do processo de execução, cuja estrutura inclui formalidades e exigências incompatíveis até mesmo com as necessidades do processo executivo "ordinário" e *a fortiori* com aquelas da execução especial sob exame.

Postas estas premissas, um dos mais importantes procedimentos a serem revistos, no âmbito do Juizado Especial Cível, é o da impenhorabilidade de bem de

celly



família, regulada através da Lei nº 8.009/90 (artigo 1º, parágrafo único), que compreende, além do imóvel, os móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

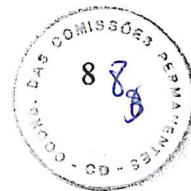
Ao seu turno, esses móveis consideram-se "os que se mostram necessários à regular utilização de uma casa, segundo um critério de essencialidade", tal qual decisão do STJ (Resp. nº 30.75806, 4a Turma, Rel. Min. Silvio Figueiredo Teixeira).

Assim sendo, em sede de Juizado Especial, é de ser objetivada a efetividade e exequibilidade dos títulos judiciais e extrajudiciais, devendo-se adotar um critério restritivo, em face das condições econômicas dos destinatários da Lei nº 9.099/95, na sua grande maioria pessoas de pouquíssimos ou nenhum recurso, de modo que a exclusão de todos os bens móveis proporcionam não a proteção da família, mas, sim, do inadimplente em detrimento do credor.

Um problema que pode ser facilmente identificado, conquanto ligeiramente diferenciado o procedimento dos artigos 52 e 53 da Lei nº 9.099/95, é que ainda está demasiadamente próximo ao lento, complexo e inepto sistema do Código de Processo Civil.

Outra particularidade que merece modificação é quanto à obrigatoriedade da liquidez da sentença condenatória. Tal obrigação, nos Juizados Especiais, tem de ser absoluta e isenta de quaisquer exceções.

É relevante ressaltar ainda que a experiência recomenda enfaticamente a alteração do disposto sobre o ato citatório. A exigência de que a correspondência veiculada da citação seja entregue "em mão própria" tem sido constante fonte de problemas, dificuldades, retardamentos e acréscimo importante de despesas.



Partindo-se da idéia de que os atos materiais a serem realizados no processo executivo certamente têm sua melhor sede no lugar onde se achem os bens sobre os quais hajam de incidir, convém, à vista disso, que se deixe ao credor a opção por um ou outro foro.

A disciplina da penhora, que é comum, tem de ser revista. Sendo a atuação do oficial de justiça precisamente um dos mais graves pontos de estrangulamento do sistema, logo, impende limitá-la ao mínimo possível.

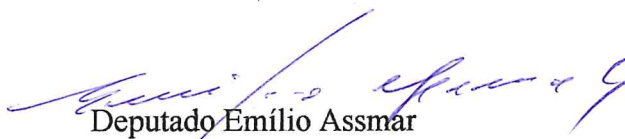
Medida potencialmente apta a melhorar o desempenho do sistema poderia ser também a comunicação judicial às instituições de defesa do crédito quanto ao inadimplemento de sentença condenatória.

Constata-se, da mesma forma, que é imperioso que se busque um caminho para reformular a transação penal dos juizados no sentido de tornar possível penas alternativas, possibilitando a sua conversão para prisão se houver o descumprimento.

Para corroborar com o acima exposto, na hipótese de conversão, é possível "purgá-la" em razão da pena alternativa supramencionada, impondo, de forma coercitiva, o compromisso de honrar a sanção inicialmente imposta.

Essas razões afiguram-se-nos bastante valiosas para esta nossa proposta, e para ela conto com o apoio dos ilustres pares nesta Casa.

Sala das Sessões, em 15 de 07 de 1998


Deputado Emílio Assmar

80141704.058



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO IV Das Funções Essenciais à Justiça

SEÇÃO III Da Advocacia e da Defensoria Pública

Art. 133 - O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

.....

.....



LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

CAPÍTULO II Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I Da Competência

Art. 3º - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

.....

SEÇÃO II Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos

Art. 5º - O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

.....



Art. 7º - Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

SEÇÃO III Das Partes

Art. 8º - Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º - Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º - O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º - Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º - Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º - O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º - O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

.....



SEÇÃO V Do Pedido

.....

Art. 16 - Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a

.....

SEÇÃO XII Da Sentença

Art. 38 - A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

.....

SEÇÃO XV Da Execução

Art. 52 - A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:

.....

VII - na alienação forçada dos bens, o Juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Sendo o preço inferior ao da avaliação, as partes serão ouvidas. Se o pagamento não for à vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem móvel, ou hipotecado o imóvel;

VIII - é dispensada a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor;



IX - o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

- a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;
- b) manifesto excesso de execução;
- c) erro de cálculo;
- d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

Art. 53 - A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

.....

§ 4º - Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

.....

CAPÍTULO III

Dos Juizados Especiais Criminais

.....

SEÇÃO III

Do Procedimento Sumaríssimo

.....

Art. 82 - Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

.....

§ 5º - Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

.....



SEÇÃO IV
Da Execução

.....

Art. 85 - Não efetuado pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.429, DE 2002

(Do Sr. Paulo Magalhães)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para inserir as ações relativas a acidente de trabalho entre as causas a serem processadas no juizado especial cível e aumentar o valor para sessenta salários mínimos.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3283/1997. (DESPACHO INICIAL)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6429
PROJETO DE LEI Nº , DE 2002
(Do Sr. Paulo Magalhães)

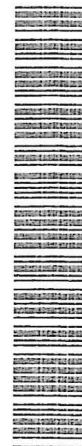
Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para inserir as ações relativas a acidente de trabalho entre as causas a serem processadas no Juizado Especial Cível e aumentar o valor para sessenta salários mínimos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- I - as causas cujo valor não exceda a **sessenta** vezes o salário mínimo;
- II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
- III - a ação de despejo para uso próprio;



7C810CD011





CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo;

V – as ações relativas a acidentes de trabalho.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até **sessenta** vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

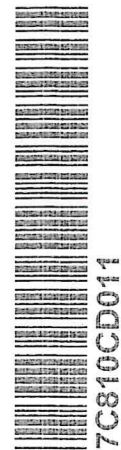
..... (NR)''

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa a inserir as ações relativas a acidentes de trabalho entre as causas a serem conhecidas e executadas pelos Juizados Especiais Cíveis e, ainda, elevar o teto de quarenta para sessenta salários mínimos, a exemplo do valor fixado para os Juizados Especiais Federais.

A iniciativa constitui mais um passo no sentido de se ampliar o alcance do bem sucedido modelo de jurisdição célere, iniciado, entre nós, na década de 70 e que ganhou impulso consagrador com a promulgação da Constituição de 1988. Cremos que essa tendência desconcentradora do ordenamento jurídico pátrio será





CÂMARA DOS DEPUTADOS

definitivamente consolidada em futuro próximo, com uma ampla reforma dos códigos processuais, a verdadeira Reforma do Judiciário, que consistirá exatamente na modernização da própria concepção da ciência processual vigente.

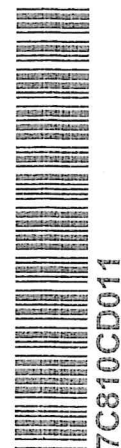
Certo de que os ilustres pares bem compreenderão a importância da iniciativa, aguardo a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2002 .


Deputado **PAULO MAGALHÃES**

02/04/02

2017990000.100



7C810CD011



LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

**Seção I
Da Competência**

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art.275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art.8 desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.



“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS- CeDI”

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LIVRO I
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

TÍTULO VII
DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Capítulo nominado pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

** Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*

I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

** Inciso I com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.*

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

- a) de arrendamento rural e de parceria agrícola;
- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio;
- c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;
- f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;
- g) nos demais casos previstos em lei.

** Inciso II com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

** Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995*

Art. 276. Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunha e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995.*



PROJETO DE LEI N.º 6.910, DE 2002

(Do Sr. Valdemar Costa Neto)

Altera Lei Federal n. 9.099, de 1995, que dispõe sobre Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3283/1997. (DESPACHO INICIAL)

Projeto de Lei n.º /2002

(Do Sr. Valdemar Costa Neto)

Altera Lei Federal n.º 9.099/95, que dispõe sobre Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei Federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

I - as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.”

Art. 2º Ficará acrescentado o inciso V ao art. 3º da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, assim redigido:

“Art.3º ...

V - as ações ajuizadas contra a Fazenda Pública estadual ou municipal, excetuando-se:

- a) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;**
- b) sobre bens imóveis do Estado, Município, autarquias e fundações públicas estaduais e municipais;**
- c) para a anulação ou cancelamento de ato administrativo estadual ou municipal, salvo o de lançamento fiscal;**
- d) que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.”**

Art. 3º O inciso II do § 1º e o § 2º do Art. 3º passarão a ter a seguinte redação:

“Art.3º ...

§ 1º ...

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor até sessenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública quando não for ré, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que cunho patrimonial.”

Art. 4º O *Caput* do art. 8º da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, passará a ser assim redigido

“Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil, permitindo-se às pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas estaduais ou municipais figurarem como rés.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a *Instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*, em atendimento ao disposto no art. 98, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a existência de disposições conflitantes entre a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e a Lei Federal nº

9099, de 26 de setembro de 1995, notadamente, no referente ao valor, em salários mínimos, atribuído às causas de menor complexidade, merece correção e equiparação.

Considerando, também, o atendimento ao princípio constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário, bem como os princípios da economia e celeridade processual, além da possibilidade de desafogamento da Justiça, com a sensível diminuição de recursos aos Tribunais Superiores, nas causas de menor complexidade.

E ainda considerando a desnecessidade de expedição de precatórios judiciais para o pagamento, pela Fazenda Pública, de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado proferidas nas causas de menor complexidade, nos termos do que determina o parágrafo terceiro, do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil, dessa forma, dando celeridade ao processo judicial, bem como agilizando o pagamento ao cidadão que recorreu à Justiça;

E considerando, por fim, ainda, o disposto no Art. 6º, da Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que permite à União, autarquias, fundações e empresas públicas federais figurarem como rés nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Federal Cível, vimos propor o presente Projeto de Lei com vistas a dar uma resposta efetiva ao acima exposto.

A modificação do valor de quarenta salários mínimos, anteriormente previsto na Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, para sessenta salários mínimos, conforme determina a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, além de simplificar a exigência dessas pretensões, facilitando o acesso à Justiça, desafogará os Tribunais superiores, levando-se em conta que o recurso das sentenças proferidas pelo juizado especial é julgado dentro de seu próprio âmbito, por uma turma recursal composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado, nos termos do art. 41, e seu parágrafo primeiro, da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995.

Ademais, a tramitação dos feitos e as decisões serão mais rápidas, já que o rito no juizado especial é informal.

De outra parte, o limite imposto pelo art. 9º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para que a parte possa provocar a jurisdição dos juizados especiais, sem a assistência de advogado, ainda se refere às causas cujo valor não seja superior a vinte salários mínimos.

Quando à inclusão das ações contra a Fazenda Pública, dentro do valor de sessenta salários mínimos, mantida a exclusão contida na Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001, facilitará, sem dúvida, o acesso ao Poder Judiciário, além do desafogamento da Justiça, diminuindo o número de ações nas varas convencionais da Fazenda Pública e nas varas comuns onde estas não existem, ampliando, assim, o acesso à Justiça para pessoas que até então não tinham como bater às suas portas, além da possibilidade do recebimento, pelo cidadão, do que lhe é devido sem a necessidade de expedição de precatório, dando-se assim, coerência entre a Lei Federal nº 10.259, de 12 de julho de 2001 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 100, parágrafo terceiro, com a redação determinada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13.9.2000.

Pelo exposto peço o apoio dos Nobres Pares do Congresso Nacional para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2002

Deputado Valdemar Costa Neto
(PL - SP)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**
.....

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO**

**Seção I
Disposições Gerais**
.....

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

** § único acrescido pela Emenda Constitucional nº 22, de 18/03/1999.*

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão

exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

** § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

** § 1º-A acrescido pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

** § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

§ 3º O disposto no "caput" deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

** § 5º acrescido pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000.*

Seção II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

.....

.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

**DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

.....

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I Da Competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art.275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art.8 desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Seção III Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por

advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

.....

Seção XII
Da Sentença

.....

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 2º No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

Art. 42. O recurso será interposto no prazo de (10) dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 1º O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.

§ 2º Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

.....

.....

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA
JUSTIÇA FEDERAL.

.....

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I - como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II - como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 7.165, DE 2002

(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências".

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-6954/2002. (DESPACHO INICIAL)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2002

(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna a competência dos juizados especiais absoluta em relação às causas cíveis de menor complexidade, passando o respectivo valor de alçada para R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência absoluta para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

.....

§ 1º

.....

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é tornar uniforme o tratamento legal dispensado aos juizados especiais cíveis, tanto no âmbito da Justiça Comum como no da Justiça Federal.

Com efeito, a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, pela qual foram instituídos os juizados especiais cíveis no âmbito da Justiça Federal, dispõe, em seu art. 3º, *caput* e § 3º, que a eles competem as causas afeitas à Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, e que, no foro onde estiverem instaladas as respectivas varas, sua competência é absoluta.

Observando, apenas, que o valor de alçada deve ser fixado em reais e não em salários mínimos, em atenção ao art. 7º, IV, da Constituição Federal, entendemos que a normatização ora proposta será mais condizente com a finalidade dos juizados especiais, porquanto ampliará o número de feitos que deverão, obrigatoriamente, serem neles processados, desafogando, certamente, os demais órgãos que compõem a Justiça Comum.

Contamos com o endosso de nossos ilustres Pares para a aprovação desta proposta legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2002.

Deputado Ronaldo Vasconcellos

207455.020

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**
.....

.....
**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS**
.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

** Inciso XII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

** Inciso XXIX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000.*

a) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000.)

b) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

** Inciso XXXIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

.....

.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

**DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E
CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I
Da Competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art.275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art.8 desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA
JUSTIÇA FEDERAL.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art.109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art.3º, "caput".

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 3.594, DE 2004

(Do Sr. Marcelo Guimarães Filho)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

DESPACHO:
APENSE-SE ESTE AO PL-3283/1997.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2004
(Do Sr. Marcelo Guimarães Filho)

Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 3º e o inciso II do seu § 1º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3. (omissis).

I - as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo;

§ 1º (omissis)

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até sessenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva uniformizar o teto a ser observado nas ações consideradas de “pequenas causas”, levando-se conta o

valor praticado nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Na forma da Lei nº 10.259, de 12 julho de 2001, ficou estabelecido o valor equivalente a 60 (sessenta) salários mínimos para efeito de alçada dos Juizados Especiais na Justiça Federal, razão pela qual acreditamos ser oportuna a unificação desse teto para todos os Juizados Especiais.

Diante dos relevantes resultados que advirão dessa medida, notadamente quanto ao aumento do universo de beneficiários que serão alcançados pela medida, espero contar com o apoio de meus nobres pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado **MARCELO GUIMARÃES FILHO**

PFL/BA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e
Criminais e dá outras providências.

.....

**CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

**Seção I
Da Competência**

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

**Seção II
Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos**

Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou

técnica.

.....

Seção III
Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

.....

.....

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções

fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

.....
.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 6.954, DE 2002

Altera a competência funcional dos Juizados Especiais regulada no art. 3º da lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Regis de Oliveira

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.

A idéia de criação dos Juizados especiais surgiu no início da década de 80, quando foi instalado no Rio Grande do Sul o primeiro Conselho de Conciliação e Arbitragem, com competência para decidir, extrajudicialmente, causas com valor até 40 ORTNs que na época correspondia a 4,76 salários mínimos.

Em âmbito nacional, a iniciativa de criação de Juizados especiais partiu do Ministério da Desburocratização. Assim, em 1984 foi aprovada a lei que instituiu os Juizados de pequenas causas – Lei nº 7.244/84 – e que definiu os princípios norteadores de seu procedimento.

Com a Constituição de 1988, os Juizados especiais passaram a fazer parte da estrutura do Poder Judiciário, sendo obrigatória a sua criação no âmbito da União, no Distrito Federal, nos territórios e nos Estados.

A regulamentação dos Juizados veio somente em 1995, através da Lei nº 9.099. Esta nova lei, que retirou a expressão “pequenas causas” do nome dos Juizados especiais, ampliou a sua competência para a área criminal com valor de alçada equivalente a 60 salários mínimos e, na área cível, estendeu as causas ao teto de até 40 salários mínimos.



A sistemática dos Juizados especiais nasceu da constatação de que o cidadão comum, envolvido em causas de reduzido valor econômico ou de menor complexidade, não encontrava no Poder Judiciário a possibilidade de ter respostas rápidas e eficientes para o seu conflito que não era resolvido devido às altas custas processuais ou em decorrência da morosidade e do excesso de formalismo jurídico.

Desta forma, motivados pela necessidade de ampliar o acesso à Justiça da população, os Juizados especiais, sem pretender resolver os problemas que atingiam e, ainda atingem o Poder Judiciário, tinham como público alvo o cidadão comum que deixava de recorrer à Justiça para a solução dos conflitos do dia-a-dia.

Para tanto, a sistemática dos Juizados é orientada pelos princípios da busca permanente de conciliação, simplicidade, informalidade, oralidade, economia, celeridade e amplitude dos poderes do juiz, ao contrário da Justiça comum, na qual são cobradas custas processuais, a presença do advogado é obrigatória e o processo judicial é cercado de formalidades, sem contar os prazos longos e a possibilidade, quase interminável, de se recorrer das decisões judiciais.

Os procedimentos nos Juizados especiais são gratuitos e podem ser encaminhados oralmente sem qualquer formalidade e, em alguns casos, a presença do advogado é dispensável. Vale lembrar que, a Lei nº 10.259/01, instituiu os Juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça federal. Tal lei encontra sua aplicação subsidiária imediata na Lei nº 9.099/95

DA COMPETÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Os Juizados especiais cíveis têm sua competência definida no art. 3º da Lei nº 9.099/95, no que concerne ao valor e a matéria. De outra parte, a competência territorial (ou de foro) está delineada no art. 4º da referida lei.

A análise versa apenas sobre o art. 3º da referida Lei, por ser este o objeto dos projetos de lei ora em análise, que se refere à ampliação do valor de alçada (competência em razão do valor da causa).

Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;



- II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
 - III – a ação de despejo para uso próprio;
 - III – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.
- § 1º - Compete ao Juizado Especial promover a execução:
- I – dos seus julgados;
 - II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta lei.
- § 2º - Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
- § 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

A competência em razão do valor em sede de Juizados Federais é regulada no art. 3º da Lei nº 10.259/01, e apresenta como valor de alçada o valor equivalente a 60 salários mínimos.

Art. 3º. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI

Os projetos de lei em exame já haviam recebido parecer do digno Deputado Federal Sérgio Miranda, que sobre eles fez exaustiva análise.

Projeto de lei nº 3.283/97: busca ampliar a competência funcional do Juizado Especial Cível, aumentando o valor de alçada de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo para 200 (duzentas) vezes. Considera-se inviável tal proposição uma vez que ela aumentaria em demasiado a demanda processual nos Juizados gerando, com isso, problemas de ordem estrutural.

Projeto de lei nº 4.404/98: objetiva elevar o valor da causa para 100 (cem) vezes o valor do salário mínimo, cometendo ao Juizado as ações de despejo e as relações de consumo. Considera-se igualmente inviável pelas mesmas razões do projeto anterior.

Projeto de lei nº 6.954/02: busca a ampliação da competência dos Juizados fixando, para tanto, valor da causa em R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), que em conformidade com o valor atual do salário mínimo, equivaleria a 13,7



salários. A proposta não procede por estar abaixo do valor mínimo estipulado pela Lei 9.099/95, ou seja, o valor já se encontra defasado, o que impõe a sua rejeição.

Projeto de lei nº 7.165/02: visa à elevação do valor de alçada para R\$ 12.000,00 (doze mil reais) o que equivale a 34 vezes o atual salário mínimo, número este que já se encontra abrangido pela Lei dos Juizados Especiais que estipula o equivalente a 40 salários mínimos como valor máximo.

Projeto de lei nº 6.429/02: propõe a alteração do valor da causa para 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo e acrescenta as ações relativas a acidente de trabalho. Tal proposição aumentaria a demanda processual nos Juizados afetando a sua efetividade.

Projeto de lei nº 6.910/02: Altera a competência funcional dos Juizados ao elevar para 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e acrescenta o inciso V no art. 3º para incluir as ações ajuizadas contra a Fazenda Pública Estadual ou Municipal. O projeto torna-se inviável pelas razões anteriores.

Projeto de lei nº 3.594/04: busca a fixação do valor de alçada em 60 (sessenta) vezes o salário mínimo. Embora os Juizados Especiais Criminais e os Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federal já prevêem o valor de alçada em 60 salários mínimos, tal proposição para os Juizados Especiais Cíveis torna-se inviável pelas razões anteriores.

Projeto de lei nº 3.947/97: visa a alteração dos arts. 3º, 8º, 10º, 55 e 94 da Lei 9.099/95, para aumentar o valor da causa para (60) sessenta vezes o salário mínimo, além de dispor sobre a inclusão dos condomínios como parte legítima, a denunciação da lide à seguradora nos casos de acidente de trânsito como exceção a intervenção de terceiros prevista no art. 10º, acrescenta ao art. 55 os honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa e, por fim, acrescenta no art. 94 integra aos Juizados os juízes das Comarcas e os respectivos cartórios.

Projeto de lei nº 4.000/97: apresenta o mesmo teor do projeto de lei nº 3.947/97.

Projeto de lei nº 3.914/97: apresenta o mesmo teor do projeto de lei nº 3.947/97.

Projeto de lei nº 4.021/97: apresenta o mesmo teor do projeto de lei nº 3.947/97.

Projeto de lei nº 4.275/98: apresenta o mesmo teor do projeto de lei nº 3.947/97.

CONCLUSÃO

A crise de acesso a Justiça comum vem levando o Estado brasileiro a buscar novas soluções para atender a demanda da população por



serviços que envolvem a jurisdição. Em que pesem as constantes reformas da legislação processual civil, a resposta dada pelo Estado ainda tarda anos.

Na intenção de dar celeridade e efetividade processual ao cidadão, criaram-se os Juizados especiais cíveis que, hoje, pode-se afirmar são vítimas de seu próprio sucesso. A enorme demanda contida da população de menor renda desembocou nos Juizados especiais, sem que sua criação desafogasse a Justiça comum.

A evolução dos Juizados especiais deu-se de tal forma que hoje eles se encontram ameaçados pelos mesmos problemas que se vêem na Justiça comum. Aumenta a cada dia a demanda de processos ao passo que se tornam escassos os recursos pessoais e materiais disponíveis. Hoje, contando, na maioria das vezes, com infra-estrutura obsoleta e número insuficiente de juízes togados, os Juizados especiais tentam dar vazão aos anseios de uma população carente e desinformada, lutando, ainda, contra a resistência dos Estados em ampliar o número de postos e o horário de atendimento ao público.

Dados do IBGE divulgados pela Revista Veja, edição 1602, ano 32, nº 24 de 16 de junho de 1999 e dados obtidos em pesquisa de campo realizada pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), conforme demonstrado por Paulo Cezar Pinheiro Carneiro (Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro, “Acesso à Justiça – Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública”, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000) revelam, por exemplo, que “constitui regra de experiência no Rio de Janeiro e, possivelmente em todo o Brasil, que as pessoas menos favorecidas, têm extrema dificuldade em ausentar-se do emprego no horário do expediente e em especial na parte da tarde, período em que, em regra, a presença delas é mais necessária”.

Vale observar os dados comparativos obtidos pelo Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – BNDPJ, que demonstram um significativo aumento da demanda processual nos Juizados especiais cíveis nos anos de 1999 a 2003 e a conseqüente defasagem de soluções. Foram selecionados 5 (cinco) Estados para facilitar o estudo em questão.

São Paulo: **1999** – não constam dados; **2000** – não constam dados; **2001** – foram ajuizadas 382.397 demandas cíveis e foram solucionadas 326.101 demandas; **2002** – foram ajuizadas 471.469 demandas cíveis e foram solucionadas 451.049 demandas; **2003** – não constam dados.

Rio de Janeiro: **1999** – foram ajuizadas 151.222 demandas cíveis e foram solucionadas 125.214 demandas; **2000** – foram ajuizadas 74.891 demandas cíveis e foram solucionadas 56.795 demandas; **2001** – foram ajuizadas 200.892



demandas cíveis e foram solucionadas 164.065 demandas; **2002** – foram ajuizadas 263.592 demandas cíveis e foram solucionadas 230.783 demandas; **2003** – foram ajuizadas 307.173 demandas cíveis e foram solucionadas 274.603 demandas.

Minas Gerais: **1999** – foram ajuizadas 109.402 demandas cíveis e foram solucionadas 108.615 demandas; **2000** – foram ajuizadas 121.964 demandas cíveis e foram solucionadas 101.591 demandas; **2001** – foram ajuizadas 161.574 demandas cíveis e foram solucionadas 147.753 demandas; **2002 (1º trimestre)** – foram ajuizadas 175.190 demandas cíveis e foram solucionadas 166.297 demandas; **2003** – foram ajuizadas 273.288 demandas cíveis e foram solucionadas 235.361 demandas.

Rio Grande do Sul: **1999** – foram ajuizadas 148.148 demandas cíveis e foram solucionadas 144.296 demandas; **2000** – foram ajuizadas 162.267 demandas cíveis e foram solucionadas 155.931 demandas; **2001** – não constam dados; **2002** – não constam dados; **2003** – não constam dados.

Bahia: **1999** - foram ajuizadas 103.067 demandas cíveis e foram solucionadas 80.139 demandas; **2000** – não constam dados; **2001** – não constam dados; **2002** – não constam dados; **2003** – não constam dados.

Distrito Federal: **1999** – foram ajuizadas 14.771 demandas cíveis e foram solucionadas 14.070 demandas; **2000** – foram ajuizadas 25.131 demandas cíveis e foram solucionadas 22.124 demandas; **2001** – foram ajuizadas 26.744 demandas cíveis e foram solucionadas 25.242 demanda; **2002** – foram ajuizadas 32.678 demandas cíveis e foram solucionadas 29.270; **2003** – foram ajuizadas 61.713 demandas cíveis e foram solucionadas 57.750 demandas.

É evidente, dessa forma, que está fadada ao insucesso a ampliação da competência funcional dos Juizados especiais, para que tais órgãos passem a julgar causas de valores que excedam o atual valor de alçada, fixado em 40 salários mínimos para os Juizados especiais cíveis e 60 salários mínimos para os Juizados especiais federais.

Aumentar a competência funcional para 60 salários mínimos além de não resolver os atuais problemas criará maiores obstáculos, equiparando-os Juizados especiais à morosidade da Justiça comum.

O nível de excelência em tais serviços deve ser elevado para que só então, se possa estendê-lo a população de maior renda. Ampliá-lo, sem destinar-lhe meios materiais e jurídicos, é simplesmente condená-lo. Por isso, é preciso que a atenção do legislador esteja voltada para a melhor estruturação e



modernização dos Juizados especiais, para o aperfeiçoamento e treinamento de seus servidores públicos. Só assim poderá ser atingida a tão-visada ampliação do acesso à justiça, em favor, principalmente, da população mais carente.

Dessa forma, conclui-se pela constitucionalidade dos projetos ora em análise por atenderem os pressupostos formais e materiais previstos na Constituição federal. Além disso, tais projetos estão em conformidade com os princípios e normas do ordenamento jurídico brasileiro.

No mérito, conclui-se pela rejeição de todos os projetos de lei mencionados anteriormente.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2007.

Deputado Regis de Oliveira
Relator



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.954/2002 e dos de nºs 3.914/1997, 3.947/1997, 4.000/1997, 4.021/1997, 4.275/1998, 4.404/1998, 6.429/2002, 6.910/2002, 3.594/2004, 3.283/1997 e 7.165/2002, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Regis de Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Leonardo Picciani - Presidente, Mendes Ribeiro Filho, Neucimar Fraga e Marcelo Itagiba - Vice-Presidentes, Antonio Carlos Magalhães Neto, Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Carlos Bezerra, Cezar Schirmer, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Felipe Maia, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Geraldo Pudim, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Genoíno, Jutahy Junior, Magela, Marcelo Guimarães Filho, Marcelo Ortiz, Márcio França, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Moreira Mendes, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Odair Cunha, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Paulo Teixeira, Regis de Oliveira, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Sérgio Brito, Silvinho Peccioli, Vaccarezza, Valtenir Pereira, Vicente Arruda, Vilson Covatti, Vital do Rêgo Filho, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, André de Paula, Domingos Dutra, George Hilton, José Pimentel, Júlio Redecker, Léo Alcântara, Pastor Manoel Ferreira, Renato Amary, Sandro Mabel, Severiano Alves e William Woo.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2007.

Deputado LEONARDO PICCIANI
Presidente

PROJETO DE LEI N.º 5.132, DE 2009 **(Do Sr. Eliene Lima)**

Altera o inciso I do art. 3º e acrescenta o inciso V ao mesmo artigo da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6954/2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei 9.099/99, passa vigor com a seguinte redação:

“I – as causas cujo valor não exceda a 80(oitenta) vezes o salário

mínimo.”

Art. 2º Fica acrescido o inciso V ao *caput* do art. 3º da Lei 9.009/95, com a seguinte redação:

“V - poderão ser cumulados pedidos de reparação de Danos Materiais e Morais, podendo estes últimos serem fixados em valor superior ao previsto para alçada definidos nos incisos I a IV deste artigo.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O modelo de Estado adotado no mundo ocidental, fundamentado a idéia de Montesquieu quando da Revolução Francesa, fragmenta as ações de governo em três poderes. Montesquieu aponta que o primeiro Poder de Estado é o Legislativo, composto por representantes do povo, tendo como função precípua traduzir em leis as vontades do povo, da sociedade.

Ao Poder Executivo a função precípua de fazer executar as leis produzidas pelo Poder Legislativo.

E finalmente ao Poder Judiciário cabe a função precípua de fazer cumprir as leis, tendo como principal instrumento a coação estatal.

Esses Poderes são, na proposta filosófica de Montesquieu, isonômicos, independentes entre si e harmônicos, sendo esta idéia recepcionada pela nossa atual Carta Política.

Ocorre que, quando da prestação da tutela jurisdicional pelo Estado através do Poder Judiciário, se espera um resultado célere e eficiente, nos termos dos arts. 5º, inciso LXXVIII e art. 37 da Constituição Cidadã.

O atual Código de Processo Civil, que refletia a realidade econômica, tecnologia e social de 1973, não consegue, por maior que seja o esforço desenvolvido, atender aos princípios definidos pela Constituição Federal.

De outra banda, em 1995 surge outro modelo procedimental, regulamentando no País um procedimento mais célere, mais efetivo que são os procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis. Mesmo este procedimento merece e precisa ser constantemente aperfeiçoado, permitindo um maior acesso da população.

Nesse sentido, sentimos a necessidade de ampliar o valor de alçada dos processos previsto a este procedimento processual, bem como retirando dúvidas e debates quanto a possibilidade de acúmulo de pedidos de reparação de danos materiais e extra-patrimoniais nos feitos dos Juizados Especiais Cíveis.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado **ELIENE LIMA**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**
.....

**CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

** Artigo, caput com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

** Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

** Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

** Inciso V com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

** Inciso VII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

** Inciso X com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

** Inciso XI com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.*

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

• A Lei nº 8.852, de 4-2-1994, dispõe sobre a aplicação deste inciso.

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

** Inciso XIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

** Inciso XIV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I,

** Inciso XV com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

** Inciso XVI, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

a) a de dois cargos de professor;

** Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

** Alínea b com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

** Alínea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13/12/2001.*

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público;

** Inciso XVII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

** Inciso XIX com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

** Inciso XXII acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

** § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

** § 7º acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

** § 8º acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - o prazo de duração do contrato;

** Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

** Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

III - a remuneração do pessoal.

** Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

** § 9º acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

** § 10. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.*

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

** § 11 acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

** § 12 acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

** Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.*

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

.....
.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I Da Competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

.....

.....

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 800, DE 2003

Aprova o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar alteração ou revisão do referido Acordo, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, em 23 de outubro de 2003 Senador PAULO PAIM Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO Nº 5.518, DE 23 DE AGOSTO DE 2005

Promulga o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 800, de 23 de outubro de 2003, o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, celebrado em Assunção em 14 de junho de 1999;

Considerando que o Governo brasileiro depositou seu instrumento de ratificação em 21 de maio de 2004;

Considerando que o referido Acordo entrou em vigor internacional e para o Brasil em 20 de junho de 2004;

D E C R E T A :

Art. 1º. O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, celebrado em Assunção em 14 de junho de 1999, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do mencionado Acordo ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de agosto de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS
PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
NOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Os Governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, a seguir denominados "Estados Partes", em virtude dos princípios, fins e objetivos do Tratado de Assunção, assinado em março de 1991,

CONSIDERANDO:

Que a educação tem papel central para que o processo de integração regional se consolide;

Que a promoção do desenvolvimento harmônico da Região, nos campos científico e tecnológico, é fundamental para responder aos desafios impostos pela nova realidade sócio-econômica do continente;

Que o intercâmbio de acadêmicos entre as instituições de ensino superior da Região apresenta-se como mecanismo eficaz para a melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural e para a modernização dos Estados Partes;

Que da ata da X Reunião de Ministros da Educação dos Países Signatários do Tratado do Mercado Comum do Sul, realizada em Buenos Aires, Argentina, no dia vinte de junho de mil novecentos e noventa e seis, constou a recomendação de que se preparasse um Protocolo sobre a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nas instituições universitárias da Região;

Que a conformação de propostas regionais nessa área deve ser pautada pela preocupação constante em salvaguardar os padrões de qualidade vigentes em cada País e pela busca de mecanismos capazes de assimilar a dinâmica que caracteriza os sistemas educacionais dos Países da Região, que correspondem ao seu contínuo aperfeiçoamento,

Acordam:

Artigo Primeiro

Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Acordo.

Artigo Segundo

Para os fins previstos no presente Acordo, consideram-se títulos de graduação aqueles obtidos em cursos com duração mínima de quatro anos e duas mil e setecentas horas cursadas, e títulos de pós-graduação tanto os cursos de especialização com carga horária presencial não inferior a trezentas e sessenta horas, quanto os graus acadêmicos de mestrado e doutorado.

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 7.804, DE 2010

(Do Senado Federal)

PLS nº 275/2003
OFÍCIO Nº 1791/2010 (SF)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", para elevar o limite do valor das causas.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6954/2002.

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”, para elevar o limite do valor das causas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – as causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo;

§ 1º

II – dos títulos extrajudiciais, no valor de até 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2010.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e
Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
**CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

Seção I

Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

.....
.....

**PROJETO DE LEI N.º 361, DE 2011
(Do Sr. William Dib)**

Altera dispositivos da lei nº 9099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6910/2002.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Altera dispositivos da lei nº 9099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Art. 2º A lei nº 9.099 de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I - as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo;

.....(NR)

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

.....

§ 3º Podem ser partes no Juizado Especial Cível como réu, o Estado, o Distrito Federal e o Município, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Públicas.

§ 4º Os representantes judiciais do Estado, do Distrito Federal e do Município, das autarquias, das fundações e das empresas públicas federais, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Juizado Especial foi instituído pelo Poder Constituinte Originário com a finalidade de permitir que a justiça possa atender uma demanda reprimida, sendo orientada pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível a conciliação ou a transação.

Ocorre que depois de instituído no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, devido ao seu sucesso, a constituição foi alterada para que pudesse ser criado também o juizado especial federal, com a edição da lei 10.259 de 2001, que além de aplicar a lei 9099 de 95, trouxe tratamento diferenciado em vários dispositivos, provocando conflito e obrigando a justiça a se manifestar.

Assim, este projeto tem por finalidade estabelecer o tratamento isonômico dos diplomas legais, por imposição de princípios constitucionais, com as seguintes alterações:

1) ampliar o limite de quarenta salários para sessenta salários, como prevê

o juizado federal;

2) a inclusão do Estado, do Município e do Distrito Federal, bem como das entidades administrativas, na condição de ré, como ocorre com a União no juizado especial federal;

3) a possibilidade do representante das pessoas de direito público e das entidades administrativas conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais.

Estas medidas são necessárias, pois não podemos estabelecer tratamento diferenciado nas competências do juizado, somente em razão da pessoa.

Temos a certeza que os nobres pares apoiarão e aperfeiçoarão esta proposição até a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2011.

WILLIAM DIB
Deputado Federal
PSDB-SP

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e
Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I
Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

.....

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (*"Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*)

.....

PROJETO DE LEI Nº 1.280, DE 2015 (Do Sr. Walter Alves)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", para elevar o limite do valor das causas.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-7804/2010.

PROJETO DE LEI N.º _____, de 2015.
(Do Sr. Walter Alves)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”, para elevar o limite do valor das causas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – as causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo;
.....

§ 1º
.....

II – dos títulos extrajudiciais, no valor de até 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Criados em 1995 pela Lei federal nº 9.099, a partir da experiência iniciada nos anos 1970 pelos juizados de pequenas causas, os juizados especiais cíveis (JECs) trouxeram mudanças significativas na forma de prestação jurisdicional pelo Estado brasileiro. Passados 20 anos de sua criação, a multiplicidade de experiências positivas no processo de sua implementação - com inegável ampliação do acesso aos benefícios do poder judiciário, evidencia-se o extraordinário desenvolvimento de suas estruturas, que têm proporcionado a garantia constitucional do direito à justiça

para amplas camadas da população, revelando-nos as potencialidades de atendimento de demandas futuras, face à simplificação dos procedimentos e a redução das medidas recursais nos contenciosos adstritos ao âmbito de sua inovadora prática de acesso aos benefícios da jurisdição.

De acordo com pesquisa do IPEA - publicada em 2013, na Assistência Jurídica proporcionada pelos Juizados Especiais, parcela considerável dos cidadãos chega ao juizado especial cível sem advogado constituído, o que reforça uma de suas características: a ampliação do acesso à justiça.

Outra inovação na implantação dos Juizados Especiais, diz respeito às audiências de conciliação e de instrução e julgamento, em que ocorre o contato pessoal entre as partes, expondo-se os motivos da lide e onde são apresentadas as tentativas de acordo. As audiências de instrução e julgamento, por sua vez, visam primordialmente o esclarecimento dos fatos através da produção de provas que permitam a prolação de uma decisão pelo juiz. Nesse procedimento simplificado, o acordo entre as partes pode acontecer a qualquer momento do processo, inclusive durante as audiências de instrução e julgamento, destacando-se a realização de audiências unas, ou seja, realização da conciliação e instrução e julgamento na mesma audiência.

A promissora experiência dos Juizados Especiais foi reforçada pela emenda constitucional nº 45/2004, que previu a criação dos juzizados itinerantes, implementados no âmbito da justiça federal, estadual e do trabalho. Em outubro de 2012 foi sancionada, pelo poder executivo, a alteração do art. 95 da lei nº 9.099/95 que previu a criação e instalação dos Juizados Especiais Itinerantes, para dirimir, prioritariamente, os conflitos existentes nas áreas rurais ou nos locais de menor concentração populacional. Apesar da recente regulamentação da justiça itinerante, a pesquisa do IPEA encontrou casos consolidados dessa política em diversos estados brasileiros, alguns desde 1995. Os juzizados itinerantes podem ser entendidos como a justiça descentralizada, para levar a atividade jurisdicional do Estado aos lugares de difícil acesso e a população de baixa renda, que dificilmente se deslocaria até a sede fixa do juzizado.

Na mesma pesquisa, registrou-se que, no Rio de Janeiro, no pedido feito pelas partes, predomina a “indenização por dano extrapatrimonial”, com 58,68% de

ocorrência, enquanto no Ceará destacam-se os pedidos por “condenação em obrigação de fazer/não fazer” e, no Amapá, por “execução de título extrajudicial”.

Em relação ao tipo de conflito, nos três estados prevalecem as relações consumeristas. No entanto, quando especificado esse tipo de relação, nos estados do Rio de Janeiro e do Ceará a ênfase recai sobre as relações entre clientes e prestadores de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, e do sistema financeiro. No Amapá as causas relacionadas a consumo intensificam-se no que tange ao comércio de varejo.

Sem dúvida é inegável o benefício proporcionado pelos Juizados Especiais que, por meio da implantação de estruturas comparavelmente mais eficientes, proporcionaram acesso de ampla parcela dos cidadãos ao poder judiciário.

Face ao exposto, justifica-se a proposição de alterar o inciso I do art. 3º da Lei nº 9.099/1995 para ampliar o teto para as lides adstritas aos Juizados Especiais de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo para 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, com o propósito de possibilitar a ampliação da proteção jurisdicional. Registre-se, por óbvio, que a medida contribuirá para a efetivação da garantia constitucional da democratização do acesso dos cidadãos ao poder judiciário, vez que a consolidação dos Juizados Especiais conta com amplo reconhecimento da sociedade.

Sala das Sessões, _____de abril de 2015.

Deputado **Walter Alves**
PMDB/RN

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º.....

.....
LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

.....
§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão." (NR)

"Art. 36

.....
III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

IV - (Revogado).
....." (NR)

"Art. 52.....

.....
II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

....." (NR)
 "Art. 92

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

.....
 § 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional." (NR)

"Art. 93

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II -

.....
 c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

.....
 VII - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

VIII-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a, b, c e e do inciso II;

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;

XII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIII - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XV - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição." (NR)

"Art. 95

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração." (NR)

"Art. 98

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça." (NR)

"Art. 99

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente

autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais." (NR)

"Art. 102

I -

h) (Revogada)

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

III -

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros." (NR)

"Art. 103 Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

§ 4º (Revogado)." (NR)

"Art. 104

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

"Art. 105

I -

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;

III -

.....
 b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante." (NR)

"Art. 107

.....
 § 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR)

"Art. 109

.....
 V-A - as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal." (NR)

"Art. 111

.....
 § 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado)." (NR)

"Art. 112 A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho." (NR)

"Art. 114 Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

- III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
 - IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
 - V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
 - VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
 - VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
 - VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
 - IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.
- § 1º
- § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.
- § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito." (NR)

"Art. 115 Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR)

"Art. 125

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos

disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

§ 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários." (NR)

"Art. 126 Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

....." (NR)

"Art. 127

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais." (NR)

"Art. 128

§ 5º

I -

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

II -

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V." (NR)

"Art. 129

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata." (NR)

"Art. 134

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º." (NR)

"Art. 168 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º." (NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A:

"Art. 103-A O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem

propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso."

"Art. 103-B O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I - um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante

provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I - receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III - requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça."

"Art. 111-A O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante."

"Art. 130-A O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados;

IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias

sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público."

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Seção III Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: ("Caput" do parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009 e com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014)

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. (Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.137, de 18/12/2009)

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS

Art. 93. Lei Estadual disporá sobre o Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sua organização, composição e competência.

Art. 94. Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

Art. 95. Os Estados, Distrito Federal e Territórios criarão e instalarão os Juizados Especiais no prazo de seis meses, a contar da vigência desta Lei.

Parágrafo único. No prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação desta Lei, serão criados e instalados os Juizados Especiais Itinerantes, que deverão dirimir, prioritariamente, os conflitos existentes nas áreas rurais ou nos locais de menor concentração populacional. [\(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.726, de 16/10/2012\)](#)

Art. 96. Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 97. Ficam revogadas a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965 e a Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984.

Brasília, 26 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Nelson A. Jobim

PROJETO DE LEI N.º 2.772, DE 2015
(Do Sr. Delegado Waldir)

Altera os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no sentido de atualizar os valores para acesso aos Juizados Especiais de acordo com a realidade do País.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6954/2002.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Waldir

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015

(Do Sr. Delegado Waldir)

Altera os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no sentido de atualizar os valores para acesso aos Juizados Especiais de acordo com a realidade do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva atualizar os valores previstos na Lei dos Juizados Especiais – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

I - as causas cujo valor não exceda a cento e vinte vezes o salário mínimo;.....

§ 1º.....

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até cento e vinte vezes o salário mínimo, observando o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 9º Nas causas de valor até sessenta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

.....”(NR)

“Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até cento e vinte salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

.....”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os valores previstos na Lei dos Juizados Especiais tornaram-se irrealistas em face da realidade econômica do País. Temos assistido, nos últimos anos, a um aumento vertiginoso dos preços de produtos e serviços trazendo impactos e sobrecargas no orçamento de todos os cidadãos brasileiros.

Entretanto, a legislação não acompanhou essa evolução dos fatos sociais no que tange aos valores previstos nas causas propostas perante os juizados especiais, o que provoca uma defasagem entre a previsão normativa e os fenômenos concretos vividos pela sociedade na atualidade.

Sabemos também que o salário mínimo não acompanha o crescimento da inflação de forma compatível e justa, daí por que a sua correção anual não é suficiente para garantir a atualização dos valores das causas julgadas pelos juizados especiais.

Assim, torna-se necessário proceder a uma revisão do teto máximo previsto em Lei, a fim de corrigir as injustiças causadas por essa defasagem dos valores previstos na referida Lei de Juizados Especiais, que é mede o acesso por meio de valores baseados em salários mínimos, por isso propomos com esta lei um aumento para iniciar um trabalho de compatibilização entre o acesso aos juizados e a realidade do País.

Dada à relevância da matéria e após as argumentações apresentadas, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado DELEGADO WALDIR
PSDB/GO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I
Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades

profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Seção II

Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos

Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 7º Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Seção III

Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: *("Caput" do parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009 e com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014)*

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por

advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.137, de 18/12/2009\)*](#)

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Art. 11. O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

.....
Seção XV
Da execução

Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

§ 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.

§ 2º Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

§ 3º Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior.

§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

Seção XVI
Das despesas

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

.....

PROJETO DE LEI N.º 6.220, DE 2016

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-2772/2015.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Os arts. 3º, 9º e 53 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – as causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo;

.....
§ 1º

.....
II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

..... (NR)”

“Art. 9º Nas causas de que trata este Capítulo, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por representante, advogado ou não.

..... (NR)”

“Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

..... (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As características do procedimento judicial comum, como o formalismo, o alto custo e a demora na solução das demandas, tornaram imperiosa a criação de mecanismo diferenciado para a resolução de controvérsias de menor complexidade. O processo tradicional não proporcionava, nesses casos, tutela jurisdicional adequada. A constatação da necessidade de procedimento especial, culminou com a promulgação da Lei dos Juizados de Pequenas Causas (Lei nº 7.244,

de 7 de novembro de 1984), já revogada, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

A norma proporcionou maior acesso à Justiça, permitindo a composição de inúmeros litígios que, de outra forma, provavelmente sequer seriam objeto da tutela jurisdicional, apresentando grave risco para a efetivação de direitos de inúmeros cidadãos.

É inegável o êxito da fórmula adotada nos Juizados Especiais. A resolução célere e mais informal dos litígios aproximou a justiça dos cidadãos de forma menos burocratizada. Parece-nos, portanto, conveniente e justo para com o jurisdicionado que se amplie a competência dos juizados especiais cíveis, de modo a abranger as causas até 60 (sessenta) salários mínimos, na esteira do que já dispõe a Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001).

Cremos que a faculdade de assistência por advogado deve ser estendida a todas as causas de competência dos juizados especiais cíveis (e não se restringir àquelas cujo valor não exceda a vinte salários mínimos), permitindo-se, também, às partes o direito de designar representante para fazê-lo, ainda que não exerça a advocacia.

Facilitar o acesso à jurisdição significa garantir maior efetividade aos direitos dos brasileiros. Impõe-se que, em causas de menor complexidade, os custos da demanda sejam reduzidos. Assim, parece-nos que deve ser conferida à parte interessada a decisão acerca de eventual custo adicional, relativo à representação judicial, evitando-se que esta constitua obstáculo à conciliação e ao julgamento das demandas de competência dos juizados.

Ante o exposto, rogo aos nobres pares o indispensável apoio para a conversão deste Projeto de Lei em norma jurídica.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

Seção II Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos

Art. 5º O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 6º O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime,

atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 7º Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

Seção III Das Partes

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: *(“Caput” do parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009 e com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014)*

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. *(Inciso acrescido pela Lei nº 12.126, de 16/12/2009)*

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.137, de 18/12/2009)*

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Seção XV

Da execução

Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

§ 1º Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.

§ 2º Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

§ 3º Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior.

§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

Seção XVI

Das despesas

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*)

PROJETO DE LEI N.º 3.547, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Acrescenta o § 4º ao art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, dispondo sobre a renúncia ao valor excedente a sessenta salários mínimos, para efeito de fixação de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6954/2002.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Acrescenta o § 4º ao art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, dispondo sobre a renúncia ao valor excedente a sessenta salários mínimos, para efeito de fixação de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei permite a renúncia ao valor excedente a sessenta salários mínimos, para efeito de fixação de competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 3º.....

.....

§ 4º O autor poderá renunciar, de forma inequívoca, à parcela que exceda ao valor referido no *caput*, para efeito de fixação da competência do Juizado Especial Federal Cível, aplicando-se a renúncia à totalidade da ação. (NR)”

Art. 1º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, para facultar a renúncia a quantias que excedam a alçada dos Juizados Especiais Federais Cíveis. A inovação proposta permitirá que o autor escolha o rito dos Juizados, ainda que o valor da causa seja superior a sessenta salários-mínimos, ganhando em celeridade e simplicidade.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218702187600>



Nosso projeto se inspira na afetação do Recurso Especial nº 1.807.665, pelo Superior Tribunal de Justiça, para definir, sob o rito dos recursos repetitivos, a tese agora expressa no novo § 4º, aqui proposto. Como informa o Tribunal, nesse recurso especial a União sustenta a inadmissibilidade da renúncia pelo autor. Alternativamente, o Governo central pede que, caso seja admitida a tese, a renúncia seja "real e inequívoca e que a ação fique em sua forma total limitada a 60 salários mínimos".

O presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, destacou que a matéria "possui grande potencial de repetitividade e de abrangência nacional" e foi "pacificada no âmbito da quarta região por meio de julgamento de IRDR", mas é "possivelmente controversa nos órgãos pertencentes ao sistema de juizados especiais federais das demais regiões".¹

Nesse contexto, faz-se necessário que o Congresso Nacional intervenha para pacificar, de modo legislativo, o que até agora tem sido tratado de modo pretoriano, gerando insegurança jurídica. O benefício será sobretudo do jurisdicionado, que terá certeza do acesso a essa via mais ágil de solução de conflitos.

Temos o cuidado de exigir que a renúncia do autor se exprima de forma inequívoca, evitando dúvidas ou controvérsias. Outrossim, a ação ficará limitada em sua totalidade ao valor de sessenta salários-mínimos, aí se incluindo a execução.

Certos da importância do presente projeto para o aprimoramento dos Juizados Especiais Federais, esperamos contar com o apoio de nosso ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

2019-23987

1 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Notícias. *Primeira Seção decidirá se é possível renunciar a valor para manter ação em juizado especial federal*. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Primeira-Secao-decidira-se-e-possivel-renunciar-a-valor-para-manter-acao-em-juizado-especial-federal.aspx>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218702187600>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*](#))

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. ([*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 11.313, de 28/6/2006*](#))

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, *caput*.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

.....

PROJETO DE LEI N.º 1.088, DE 2022

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Altera o artigo 3º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 para tratar sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-2772/2015.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022.
(Do Sr. Rubens Pereira Junior)

Altera o artigo 3º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 para tratar sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

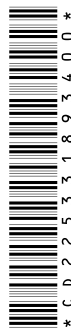
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei altera o artigo 3º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, para tratar sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º -
I – as causas cujo valor não exceda a cem vezes o salário mínimo;
.....”
(NR).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Lei 9.099/95 regulamenta os juizados especiais Cíveis, estabelecendo-lhes rito próprio, denominado sumaríssimo. Nos termos desta Lei, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as demandas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

Entretanto, entendemos que essa disposição merece reparo. A sistemática processual moderna estabelece que, tanto quanto possível, os processos judiciais devem ser resolvidos por métodos alternativos de solução de conflito. Neste sentido que, cada vez mais, se consagram os institutos da mediação e da conciliação.

Ademais, um dos grandes objetivos da dinâmica processual é entregar a prestação jurisdicional do Estado da maneira mais célere concebível, de maneira que as partes fiquem menos suscetíveis às consequências advindas do decurso do tempo nos processos judiciais.

Neste sentido, os Juizados Especiais Cíveis se mostram como instrumentos que ajudam a materializar os objetivos acima descritos. Isto porque é nos Juizados Especiais onde os acordos entre as partes e a resposta rápida por parte do Estado se mostram mais palpáveis.

Isto posto, achamos importante ampliar as competências dos Juizados Especiais Cíveis, sendo-lhes possível a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda cem vezes o salário mínimo vigente.

De mais a mais, reitere-se que não há imposição na veiculação de processos judiciais pelos juizados: assim, aquele que preferir, poderá se valer da prestação jurisdicional prestada pelas várias cíveis comuns.

Assim, por entendermos ser a presente proposição deveras relevante e significativa é que submetemos a mesma a íncita apreciação de Vossas Excelências e pugnamos por seu reconhecimento e consequente aprovação.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2022.



RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Deputado Federal

Apresentação: 02/05/2022 16:23 - Mesa

PL n.1088/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225331893400>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Seção I
Da competência

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades

profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
